



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVI Nº 44, QUINTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2021



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
- 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
- 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
- 4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Deputada Marília Arraes (PT-PE)

2ª Secretária

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)
- 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 3º - Deputado Alexandre Leite (DEM-SP)
- 4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Comunicação

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**Ofício nº 10/2021**). 6

1.1.2 – Constatação de inexatidão material

Constatação de inexatidão material nos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2021, bem como comunicação do envio de novos autógrafos ao Sr. Presidente da República, para republicação do texto da Lei nº 14223/2021 8

1.1.3 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 33/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17/2021 10

Nº 34/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2021 20

1.1.4 – Término de Prazo

Término do prazo, em 31 de outubro de 2021, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1045/2021. 84

1.1.5 – Veto

Veto Parcial nº 62/2021, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 8/2016 (nº 5000/2016, na Câmara dos Deputados - devolvido ao Senado como SCD nº 3/2018) (**Mensagem nº 550/2021, do Presidente da República**) 86

PARTE III



2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

N^{os} 73 a 75/2021 95

3 – COMISSÕES MISTAS 98

4 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS 115

5 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS 116

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO 117

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA 122

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 123

9 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS 127



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

OF/Nº 010/2021

Brasília, 03 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Congresso Nacional



Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado
HEITOR SCHUCH (PSB-RS) como membro Suplente, em substituição
ao Deputado **RODRIGO COELHO (PSB/SC)** na Comissão Mista de
Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**CMO**).

Atenciosamente,

Deputado **DANILO CABRAL**

Líder do PSB



Constatação de inexatidão material





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Assunto: Envio de novos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20 de 2021

Cumpre-nos informar que foi detectada inexatidão material entre o texto dos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20 de 2021 enviados ao Palácio do Planalto e o que foi efetivamente aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO e pelo Plenário do Congresso Nacional na Sessão Conjunta de 7 de outubro de 2021.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – responsável pela elaboração da redação final do referido projeto, nos termos do art. 151 da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2006 – através do Ofício nº 148/2021/CMO, encaminhou novos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20 de 2021, que serão enviados à Presidência da República.

Conforme comunicação da Consultoria de Orçamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, durante a discussão e votação do referido projeto na CMO, houve a necessidade de ajustes de última hora no texto do projeto e em seus anexos, em decorrência da aprovação das emendas de números 8 e 26 no relatório apresentado pelo Senador Eduardo Gomes, que objetivavam suprimir cancelamento indicado no Anexo II Programa de Trabalho (Cancelamento) do projeto.

Ainda nos termos da comunicação enviada pela Consultoria de Orçamento, as alterações nos anexos I e II do PLN 20/2021 foram realizadas em conformidade com o que indicavam as referidas emendas, porém, o ajuste no texto da lei foi feito de forma indevida, restando assim o texto incompatível com a programação indicada nos anexos.

Senado Federal, de outubro de 2021.

Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Pareceres aprovados em Comissão





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 33, DE 2021

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2021, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.113.646.125,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas

RELATOR: Senador Roberto Rocha

28 de Outubro de 2021



2



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2021

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2021 (PLN 17/2021), que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.113.646.125,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Roberto Rocha

I. RELATÓRIO

Em consonância com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da EMI nº 00185/2021 ME, de 20 de julho de 2021, na origem, o PLN 17/2021, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.113.646.125,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Segundo a EMI que acompanha a matéria, a abertura do crédito tem por objetivo viabilizar, com os valores constantes do Quadro anexo à Exposição de Motivos do Ministério da Economia Nº 185, de 20/7/2021, no:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: na Administração Direta, o pagamento de faturas referentes às anuidades na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, considerando as alterações





SENADO FEDERAL

cambiais; a quitação de débitos do Brasil em razão de sua participação como membro da Aliança dos Países Produtores de Cacau (APPC); e o atendimento de despesas no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara II;

b) Ministério da Economia: na Administração Direta, a participação do Brasil, como país não-membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à OCDE; Instituto Nacional do Seguro Social, o pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos; e Fundo de Compensação e Variações Salariais, o ressarcimento às seguradoras de indenizações e despesas registradas em processos judiciais ancoradas na Resolução CCFCVS nº 448, de 11 de novembro de 2019, relativos ao Fundo;

c) Ministério da Educação: na Administração Direta, a formação de professores e diretores escolares que atuam na Educação Básica; e a necessidade de arcar com contratos no âmbito da Administração da Unidade; na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o atendimento de despesas com bolsas de estudo da Educação Básica, referentes aos Programas Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, de Residência Pedagógica, e Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor; no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o pagamento do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público); e a necessidade de promover o desenvolvimento de ações de mobilização dos municípios na formação continuada de profissionais da educação; e no Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pagamento de 3 (três) meses de salários dos precarizados/extraquadros que atuam nas unidades hospitalares da UFRJ;

d) Ministério da Justiça e Segurança Pública: no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o atendimento de despesas com obras em execução, as quais contemplam valores relativos à assunção de obrigações contratuais, no que tange à reconstrução das Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal - PRF de Primavera do Leste - MT e de Rio Grande - RS, bem como com o auxílio-moradia para 2 (dois) servidores do seu quadro efetivo, que integrarão a Comissão Brasileira de Aquisições de Segurança Pública em Washington – CSPW;





SENADO FEDERAL

e) Ministério da Saúde: na Fundação Nacional de Saúde, a realização de pagamento de novas parcelas de convênios já em execução, no âmbito das ações de implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em municípios com até 50.000 habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);

f) Ministério da Infraestrutura: no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a implementação do Plano de Monitoramento Hidroviário da Bacia do Tocantins-Araguaia, e a ampliação das intervenções previstas para o ano de 2021 nos Rios Mearim, Pindaré e Grajaú, na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental;

g) Ministério da Defesa: no Comando da Aeronáutica, a continuidade do projeto de aquisição do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390, relativo ao pagamento de etapas em atraso, bem como o recebimento de 1 aeronave, conforme previsto em contrato. As etapas relacionam-se à montagem de aeronaves, apoio a contratos de suporte logístico e de motor, e de manutenção da Estação de Manutenção do KC-390; e no Comando do Exército, o desenvolvimento tecnológico e garantia da saúde em suas operações militares, assim como atender a despesas do projeto executivo e necessidades iniciais para a construção do prédio anexo ao Instituto Militar de Engenharia (IME), incluindo a abertura do correspondente processo licitatório;

h) Ministério do Desenvolvimento Regional: na Administração Direta, a estruturação e dinamização de atividades produtivas - Rotas de Integração Nacional, e a formulação e apoio à implementação da política nacional de recursos hídricos; na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, bem como a gestão de políticas de desenvolvimento regional, ordenamento territorial e irrigação, e a estruturação e dinamização de atividades produtivas - Rotas de Integração Nacional, na Amazônia Legal; e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a gestão de

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.





SENADO FEDERAL

políticas de desenvolvimento regional, ordenamento territorial e irrigação, e a estruturação e dinamização de atividades produtivas - Rotas de Integração Nacional;

i) Ministério da Cidadania: na Administração Direta, o custeio da ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, no período de setembro a dezembro de 2021; e

j) Operações Oficiais de Crédito: em Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – Ministério do Desenvolvimento Regional, a ampliação do financiamento de projetos do setor produtivo na Região Nordeste; e em Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – Ministério do Desenvolvimento Regional, a ampliação do financiamento de projetos do setor produtivo na Região Centro-Oeste.

**QUADRO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº 185,
DE 20/7/2021 (Em R\$ 1,00)**

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.107.482	2.107.482
Ministério da Economia	938.122.795	361.792
Ministério da Educação	81.695.653	32.223.366
Ministério da Justiça e Segurança Pública	6.514.314	6.514.314
Ministério da Saúde	21.000.000	21.000.000
Ministério da Infraestrutura	10.788.089	10.788.089
Ministério da Defesa	243.737.265	241.613.047
Ministério do Desenvolvimento Regional	5.204.549	5.204.549
Ministério da Cidadania	606.877	606.877
Operações Oficiais de Crédito	2.803.869.101	56.929.180





SENADO FEDERAL

Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2020, referente a:	0	3.736.297.429
- Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	0	46.310.063
- Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	0	3.950.093
- Recursos Próprios Financeiros	0	3.686.037.273
Total	4.113.646.125	4.113.646.125

Ainda segundo a EMI, cabe ressaltar que o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, observado o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Além disso, o presente crédito está de acordo com o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, tendo em vista que afeta **positivamente** o cumprimento da “Regra de Ouro”.

Esclarece a EMI, a propósito do que dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - LDO-2021, que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que:

a) R\$ 3.741.630.104,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e trinta mil, cento e quatro reais) se referem à suplementação de despesas financeiras, que não são contabilizadas para o atingimento da citada meta fiscal, sendo:

a.1) R\$ 5.332.675,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais) à conta do remanejamento no âmbito destas despesas; e

a.2) R\$ 3.736.297.429,00 (três bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais) por meio da incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2020, dos quais:

a.2.1) R\$ 46.310.063,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e dez mil, sessenta e três reais) da fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação;

a.2.2) R\$ 3.950.093,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil, noventa e três reais) da fonte 66 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada; e





SENADO FEDERAL

a.2.3) R\$ 3.686.037.273,00 (três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e setenta e três reais) da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros; e

b) R\$ 372.016.021,00 (trezentos e setenta e dois milhões, dezesseis mil, vinte e um reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante destas para o corrente exercício.

No que diz respeito ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, vale frisar que a presente proposta não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o ano em curso, salientando, ainda, que parte do presente ato, no valor R\$ 3.741.630.104,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e trinta mil, cento e quatro reais) diz respeito à suplementação de despesas financeiras, que são excluídas da base de cálculo do citado limite.

Ressalta ainda a EMI que a alteração em comento decorre de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e de acordo com os órgãos supracitados, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual.

No prazo regimental foram apresentadas 22 (vinte e duas) emendas ao PLN 017, de 2021, todas propondo suplementação e cancelamento de valores.

É o relatório.

II. ANÁLISE

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na lei orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 (Lei nº 14.116, de 2020), da Lei Orçamentária Anual para 2021 (Lei nº 14.144, de





SENADO FEDERAL

2021), da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei nº 4.320, de 1964.

A Exposição de Motivos que acompanhou o projeto declara que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, já que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Com relação às emendas apresentadas, entendemos que devam ser declaradas inadmitidas as emendas de nº 1, 4 e 5, por contrariarem o disposto no artigo 109, I (contemplam programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito), da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Da mesma forma entendemos que devam ser declaradas inadmitidas as emendas de nº 21 e 22, por contrariarem o disposto no artigo 109, III, "a" (propõem programação nova em projetos de lei de crédito suplementar), da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Além disso, entendemos que deva ser inadmitida também a emenda nº 9, por contrariar o art. 109, II, "a" (propõe como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, §3º, II, da Constituição, programação que não consta do projeto de lei), da Resolução nº 1, de 2006-CN¹

Por essas razões, nos termos dos artigos 15, inciso XI, e 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN propomos a inadmissibilidade das emendas nº 1, 4, 5, 9, 21 e 22.

¹ (Resolução 1/2006-CN)

Art. 108. Cada parlamentar poderá apresentar até 10 (dez) emendas a crédito adicional.

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I - contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

II - oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, §3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto; ...

III - propuserem:

a) em projetos de lei de crédito suplementar, programação nova;

b) em projetos de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária; ...





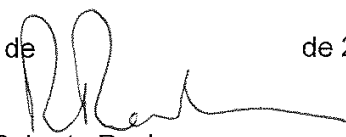
SENADO FEDERAL

As demais emendas não apresentam vício de admissibilidade. No entanto, e apesar de considerá-las meritórias, considerando que seu acolhimento descaracterizaria o crédito, propomos a rejeição de todas as demais emendas no mérito.

III. VOTO DO RELATOR

Considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela inadmissão das emendas 1, 4, 5, 9, 21 e 22, rejeição no mérito das emendas 2, 3, 6, 7, 8 e 10 a 20 e, assim, pela aprovação do PLN nº 17, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2021.


Senador Roberto Rocha

Relator



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2021, **APROVOU**, o Relatório do Senador ROBERTO ROCHA, favorável ao **Projeto de Lei nº 17/2021-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 22 (vinte e duas) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 1, 4, 5, 9, 21 e 22; e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Izalci Lucas, Segundo Vice-Presidente, Ângelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Oriovisto Guimarães, Roberto Rocha e Simone Tebet; e os Senhores Deputados Carlos Zarattini, Primeiro Vice-Presidente, Luciano Ducci, Terceiro Vice-Presidente, Adolfo Viana, Adriana Ventura, Alceu Moreira, André Figueiredo, Arnaldo Jardim, Arthur Oliveira Maia, Bosco Costa, Célio Silveira, Charles Evangelista, Dagoberto Nogueira, Daniel Almeida, Danilo Forte, Domingos Sávio, Dra. Soraya Manato, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Gelson Azevedo, Gilberto Abramo, Hercílio Diniz, Hildo Rocha, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Guimarães, Júnior Ferrari, Júnior Mano, Márcio Marinho, Mário Negromonte Jr, Marx Beltrão, Orlando Silva, Ossesio Silva, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Sanderson, Toninho Wandscheer, Weliton Prado, Wilson Santiago e Zé Carlos.

Sala de Reuniões, em 28 de outubro de 2021.



Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 34, DE 2021

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

TIPO: Parecer do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas

RELATOR GERAL: Deputado Hugo Leal

COORDENADOR: Deputado Arnaldo Jardim

27 de Outubro de 2021



2



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

EMENDAS PLOA 2022 – ADMISSIBILIDADE DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES

**ELABORADO COM BASE NAS DIRETRIZES E NORMAS DE ANOS ANTERIORES, ATUALIZADAS
PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE**

**Diretrizes e orientações para apresentação de
emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022,**
(PLN nº 19/2021-CN) para fins da análise de
admissibilidade prevista no art. 25 da Resolução nº
1/2006-CN.

I.	<u>PARTE GERAL</u>	2
I.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	2
I.2.	REQUISITOS GERAIS	3
I.3.	EMENDAS INDIVIDUAIS	8
I.4.	EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL	11
I.5.	EMENDAS DE COMISSÃO	20
I.6.	EMENDAS DE RELATOR	21
II.	<u>PARTE DISPOSITIVA</u>	23
II.1	DAS APRESENTAÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	23
II.2.	DAS EMENDAS INDIVIDUAIS	24
II.3.	DAS EMENDAS COLETIVAS	25
II.4.	DAS EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL	26
II.5.	DAS EMENDAS DE COMISSÃO	28
II.5.	DAS EMENDAS DE RELATOR	29
	Anexo 1 – QUANTITATIVO DE EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (art. 47, § 1º, da Res. nº 1, de 2006-CN) ..	31
	Anexo 2 - EMENDAS DE BANCADA (RP 7 e RP2)/UF A REPETIR	32
	Anexo 3 - QUADRO-SÍNTESE - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DO CAE.....	33

CD/21595.60822-00

LexEdit
CD215956082200





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

I. PARTE GERAL

I.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE, constituído com fundamento no art. 18, IV, da Resolução nº 1/2006-CN¹, tem por atribuição examinar a admissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO².
2. O exame de admissibilidade de emendas, anterior à análise de mérito, tem por objetivo verificar a **compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais**, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN. Trata-se de conferir se o objeto pretendido pela emenda apresenta os requisitos mínimos previstos na legislação para que possa receber recursos, mantendo-se assim a integridade do sistema de normas.
3. Os comitês permanentes darão conhecimento, à CMO e às comissões permanentes de ambas as Casas, das informações que obtiverem e das análises que procederem por meio de relatórios de atividades, nos termos do art. 21 da Resolução nº 1/2006 - CN. Em caso de eventual intempestividade ou omissão do exame prévio pelo CAE, a competência quanto à iniciativa de propor a admissibilidade de emenda será devolvida aos respectivos relatores do mérito da matéria orçamentária (Resolução nº 1-2006/CN, art. 70, III, "c").³
4. O presente Relatório, a ser aprovado pela CMO, tem como propósito contemplar em um único documento as **principais diretrizes e orientações** que envolvem o exame de admissibilidade orçamentária de emendas ao PLOA, especialmente em face da Constituição, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Resolução nº1/2006-CN. Visa igualmente preencher lacunas e solucionar eventuais antinomias dentro desse contexto, contribuindo para atuação mais segura do Legislativo no processo de apresentação de emendas.
5. As disposições basicamente reproduzem o último Relatório do CAE aprovado pela CMO, atualizado com base na legislação vigente. A Parte Geral desse relatório contempla a análise das premissas relativas à aplicação da legislação financeira e orçamentária às emendas. A Parte Especial contempla determinações objetivas e específicas.

¹ Art. 18. Serão constituídos os seguintes comitês permanentes: (...) IV - Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas.

² Art. 25. Ao Comitê de Admissibilidade de Emendas compete propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Parágrafo único. Os relatórios das matérias de que trata o caput não poderão ser votados pela CMO sem votação prévia do relatório do Comitê, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

³ Era dos relatores, originalmente, a competência pelo exame das emendas em todos os aspectos. Os relatores poderão propor a inadmissibilidade da emenda ainda não apreciada pela CMO no demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Evita-se, assim, prejuízo ao processo decisório.



CD/21595.60822-00



CD215956082200 LexEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

1.2. REQUISITOS GERAIS

6. As emendas ao PLOA, uma vez aprovadas, alteram a programação original de iniciativa do Poder Executivo e demais Poderes, MPU e DPU. As emendas à despesa podem ser de acréscimo⁴ ou cancelamento. Quanto à autoria, as emendas à despesa podem ser de parlamentar (individuais), bancada estadual, comissão, relator setorial e relator geral.

7. Dentre as condições e requisitos gerais verificados no exame da admissibilidade de emendas destacam-se:

8. **Compatibilidade com a Constituição Federal.** De acordo com a Constituição, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente podem ser aprovadas caso compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e indiquem **os recursos necessários** ao atendimento das emendas, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, exceto dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal (art. 166, § 3º CF)⁵.

9. A leitura conjunta da Constituição⁶ com a Lei 4.320/64⁷, a LRF, a LDO⁸ e a Resolução nº 1/2006-CN⁹, indica que as emendas, salvo quando corrigem erro ou omissão, não podem nem reduzir e nem acrescentar despesas obrigatórias, na medida em que essas programações são dimensionadas para refletir encargo líquido e certo da União e determinadas pela legislação vigente¹⁰. Se identificado erro ou omissão na estimativa de despesas obrigatórias, é ônus do autor da emenda apresentar a metodologia que demonstre a desconformidade entre os valores estimados no PLOA e aqueles necessários para atender a legislação. A vedação de emenda de acréscimo de despesa obrigatória, salvo erro ou omissão, não impede a inclusão de dotações no PLOA na forma de *reserva* orçamentária. Aprovada a LOA, essa reserva poderá ser utilizada como *compensação* quando da aprovação da legislação que cria nova despesa¹¹.

10. Os recursos destinados ao atendimento das emendas individuais e de bancada estadual (impositivas) encontram-se no PLOA 2022 em reservas específicas. Quanto às demais emendas, é ônus do autor a indicação dos recursos necessários ao seu atendimento.

11. O art. 111 do ADCT e no § 12 do art. 166 da Constituição delimita o montante a ser destinado às **emendas impositivas**, individuais e de bancada estadual.

⁴ As emendas de bancada estadual e de comissão são subdivididas em emendas de apropriação e de remanejamento. A emenda de apropriação é a que propõe acréscimo de dotação em programação existente no PLOA ou inclusão de nova programação e, como fonte de recursos, a anulação de dotações da Reserva de Recursos e/ou de outras definidas no Parecer Preliminar.

A emenda de remanejamento é a que propõe acréscimo de dotação em programação existente no PLOA ou inclusão de nova programação e, como fonte exclusiva de recursos, a anulação de dotações constantes do projeto de lei, exceto as da Reserva de Contingência. Existem ainda as emendas de emenda de cancelamento, que são aquelas que propõe, exclusivamente, a redução de dotações constantes do projeto.

⁵ Excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou III - sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

⁶ Art. 165, § 11, III.

⁷ Art. 33, "a".

⁸ LDO 2022. Art 7º, § 4º, c) (RP 6 e RP 7 – discricionárias de execução obrigatória) e art. 71. As emendas individuais e coletivas somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

⁹ Arts. 52, II "c" e 56.

¹⁰ Despesas obrigatórias, ao contrário das discricionárias, têm fato gerador estritamente vinculado a legislação. De modo que a orçamentação, bem como o empenho e o pagamento das despesas obrigatórias é aquele estritamente necessário para o adimplemento de vínculos obrigacionais gerados a partir da legislação.

¹¹ Observar ainda, neste caso, se a despesa obrigatória é de caráter continuado ou não (vide LDO).



CD/21595.60822-00





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

12. Tratando-se de **obras**, saliente-se que o disposto no § 20 do art. 166 da Constituição requer a repetição de emenda de bancada estadual com vistas a **concluir obra ou empreendimento incluído pela bancada estadual** a partir da LOA 2020 (vigência da EC nº 105/2019). O propósito de garantir a conclusão de obras iniciadas já se encontrava expresso na LRF (art. 5º, § 5º e 45), na Resolução nº 1/2006-CN (emendas de bancada estadual - art. 47, §2º) bem como nas LDOs, princípio reforçado pela EC nº 102/2019. A continuidade dos investimentos iniciados interessa particularmente às bancadas estaduais e será retomado no item específico mais adiante.

13. Em cumprimento ao § 12 do art. 165 da CF, a LDO estabeleceu uma proporção mínima de recursos para investimentos que foram alocados no PLOA 2022, que deverá ser preservado na respectiva LOA.

14. Compete à União organizar e manter **registro centralizado de projetos de investimento** por Estado/DF (§ 15 do art. 165 da CF). Esse banco de projetos conterá as análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.

15. Destaca-se ainda o disposto no art. 166-A, quanto à apresentação de emendas individuais na modalidade “**transferência especial**”, tópico que será objeto de análise no item relativo às emendas individuais.

16. Ressalte-se ainda a relevância de se observar, quando da elaboração de emendas, as vedações constantes do art. 167¹² da Constituição.

17. **Compatibilidade com a EC nº 95/2016.** A Emenda Constitucional nº 95/2016 criou limites individualizados¹³ para despesas primárias no período de vigência do Novo Regime Fiscal - NRF. Nos termos do § 3º do art. 107 do ADCT, a mensagem que encaminhar o PLOA deve demonstrar os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados, sendo que as despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual não poderão exceder os valores máximos demonstrados.

18. Diante disso, a apresentação e aprovação de emendas que aumentam despesa primária sujeita ao teto nos demais Poderes e órgãos devem ficar condicionadas ao **cancelamento compensatório de despesas no âmbito do mesmo Poder ou órgão com teto individualizado**. No caso das emendas impositivas, os recursos que amparam sua inclusão encontram-se em reservas de contingências primárias específicas.¹⁴

19. Em decorrência do Novo Regime Fiscal, e em obediência à **Instrução Normativa nº 01, de 2017**, serão inadmitidas emendas ao PLOA 2022 que, cumulativamente: a) propuserem acréscimo de despesas primárias sem observância do correspondente limite individualizado a que se refere o art. 107, incisos I a V, do ADCT, e da compensação autorizada nos termos do §§ 7, 8 e 9 do mesmo artigo e da LDO; e b) deixarem de indicar cancelamento compensatório de despesas primárias sujeitas ao NRF, no âmbito do mesmo Poder, no caso de emenda à programação de órgãos do Executivo, ou no âmbito do mesmo Órgão, nos demais casos, não podendo incidir sobre despesas obrigatórias.

¹² Ressalte-se, quanto às vedações do art. 167, que a EC nº 103, de 2019 (Reforma da Previdência), passou a vedar a transferência voluntária de recursos aos demais entes na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de **regime próprio** de previdência social.

¹³ Poder Executivo; órgãos do Legislativo; órgãos do Judiciário; órgãos do Ministério Público da União (MPU); e Defensoria Pública da União (DPU).

¹⁴ Eventuais diferenças nos montantes são ajustadas pela relatoria geral.



CD/21595.60822-00



CD215956082200 eXEdit



6



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

20. **Compatibilidade com o PPA.** As emendas ao PLOA devem ser compatíveis com o plano plurianual. O Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019) fixou programas finalísticos, vinculados a cinco diferentes eixos estratégicos e à Estratégia de Defesa, com diretrizes e temas diferenciados. Somente os programas finalísticos contêm unidade responsável, objetivo, meta e indicador. Cada programa finalístico reflete um objetivo, que é quantificado por uma meta e aferido por indicador¹⁵. Programações finalísticas são entendidas como aquelas diretamente relacionadas à entrega de bens e serviços à sociedade, com objetivo e metas. O inc. XII do art. 2º da lei do PPA, define programa finalístico como o conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, *suficientes* para enfrentar problema da sociedade, conforme objetivo e meta.

21. A análise da compatibilidade da emenda com o PPA mostra-se necessária especialmente para as emendas de bancada estadual, uma vez que esse é o instrumento normalmente utilizado para incluir recursos na LOA projetos de maior porte.

22. Deve-se observar, em especial, se a programação da emenda ao PLOA está abrangida por algum programa do PPA 2020-2023¹⁶. As vinculações entre ações orçamentárias e os programas do PPA são feitas nas leis orçamentárias anuais (Volume II do PLOA - Consolidação dos Programas de Governo do PLOA/2022, e Volume VI, para a esfera do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais).

23. De acordo com a Constituição (art. 167, § 1º), todo investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro somente poderá ser iniciado se incluído no PPA. No entanto, para evitar a necessidade de detalhamento excessivo no PPA, o art. 20¹⁷ da lei permite que os investimentos plurianuais constem de forma agregada, ou seja, considera-se incluído no valor global dos programas, sendo detalhado nas leis orçamentárias anuais e leis de créditos adicionais para o ano de sua vigência. Mesmo na LOA, o detalhamento com crédito orçamentário específico¹⁸ somente é exigido nos projetos de investimento de grande vulto, tratado a seguir. O valor global¹⁹ não constitui limite à programação ou à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais ou nas de créditos adicionais.

24. **Projetos de investimentos de valor superior a R\$ 50 milhões** (art. 8º da lei do PPA), no âmbito do orçamento fiscal ou da seguridade social (e R\$ 100 milhões, nas estatais) exigem **crédito orçamentário específico**. Além disso, a partir de 2021, os novos projetos de investimentos de grande vulto **somente poderão ser iniciados se constarem do registro centralizado** a que alude o § 15 do art. 165²⁰ da Constituição Federal, mediante prévio atestado da viabilidade técnica e socioeconômica, nos termos do que dispuser regulamento do Poder Executivo.

¹⁵ Não constam do PPA 2020-2023, assim como do anterior, ações orçamentárias. O Plano contempla programas finalísticos e programas de gestão. O indicador é um instrumento gerencial que permite a mensuração de desempenho de programa em relação à meta declarada. O PPA 2020-2023 apresenta o valor esperado para os indicadores ao final do período do Plano.

¹⁶ Cada ação orçamentária deve ser vinculada a um único programa, exceto as ações padronizadas.

¹⁷ Art. 20. Para fins do disposto no § 1º do art. 167 da Constituição, o investimento que ultrapassar um exercício financeiro, durante o período de 2020 a 2023, será incluído no valor global dos programas.

¹⁸ O crédito orçamentário específico poderá ser feito por meio da conjugação projeto+subtítulo.

¹⁹ Art. 7º O valor global dos programas não constitui limite à programação ou à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais ou nos créditos adicionais, respeitados os limites individualizados para despesas primárias impostos pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal).

²⁰ Art. 165, § 15. A União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.



CD/21595.60822-00



CD215956082200 eXedit





7
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

25. Integra o PPA 2020/2023, o Anexo III previsto no art. 5º e 9º da Lei do PPA, que contempla os Investimentos Plurianuais Prioritários, apenas **ações do tipo projeto** de programas finalísticos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Não inclui investimentos relacionados exclusivamente às transferências voluntárias²¹ da União aos demais entes. Segundo o art. 9º do PPA, os investimentos do Anexo III devem ter execução financeira acumulada superior a 20% de seu custo total estimado na data-base de 30 de junho de 2019; ou conclusão prevista até 2023.

26. O referido Anexo III encontra-se dividido em duas seções. Na Seção I, apenas 30 projetos. Na Seção II, um número bastante superior, porém **condicionados** à existência de margem fiscal no teto da despesa primária (EC nº 95/2016), nos seguintes termos:

Art. 9º. (...)

§ 1º A Seção II do Anexo III dispõe os investimentos plurianuais prioritários que estão condicionados ao **espaço fiscal** nos exercícios financeiros de referência, em atendimento aos ditames da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e à **apresentação de emendas** impositivas individuais ou de **bancada estadual**, disciplinadas aos §§ 9º e seguintes do art. 166 da Constituição Federal.

27. Não se pode concluir *a priori* acerca do caráter vinculante do Anexo III, ou seja, se é apenas uma relação dos projetos considerados prioritários²², ou uma condição a ser observada pelas emendas.

28. A inclusão por emenda de novo projeto plurianual (não constante da Seção II do Anexo III) não se beneficia da atualização automática de que trata o art. 21 da lei do PPA. O art. 21²³ autoriza o Poder Executivo a promover, por ato próprio, várias alterações no PPA 2020-2023, para fins de absorção dos valores autorizados na lei orçamentária. Mas, ao se referir à possibilidade de revisar o Anexo III, permite a atualização automática apenas da Seção I (não incluída a Seção II).

Art. 21 Fica o Poder Executivo federal autorizado a promover alterações no PPA 2020-2023, em ato próprio, para:

I - conciliar com o PPA 2020-2023 as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional e poderá, para tanto: (...)

d) revisar ou atualizar os investimentos plurianuais constantes dos **Anexos III, Seção I**, e IV, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total previsto para cada um dos dois conjuntos de investimentos discriminados nesta alínea; (grifo nosso)

29. A **figura 1** seguinte ilustra as etapas e instrumentos normativos relacionados ao propósito de continuidade e conclusão dos investimentos plurianuais, destacando-se os projetos de grande vulto.

²¹ De acordo com o § 2º do art. 9º da lei do PPA, as transferências da União para a realização de investimentos plurianuais considerarão os planos nacionais e setoriais, a regionalização, o estágio de execução, as restrições e a capacidade de implementação do ente federativo destinatário dos recursos.

²² Neste sentido, vide art. 4º, III da LDO 2022 (metas e prioridades).

²³ Art. 21 Fica o Poder Executivo federal autorizado a promover alterações no PPA 2020-2023, em ato próprio, para:

I - conciliar com o PPA 2020-2023 as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional e poderá, para tanto: (...)

d) revisar ou atualizar os investimentos plurianuais constantes dos Anexos III, Seção I, e IV, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total previsto para cada um dos dois conjuntos de investimentos discriminados nesta alínea;



CD/21595.60822-00



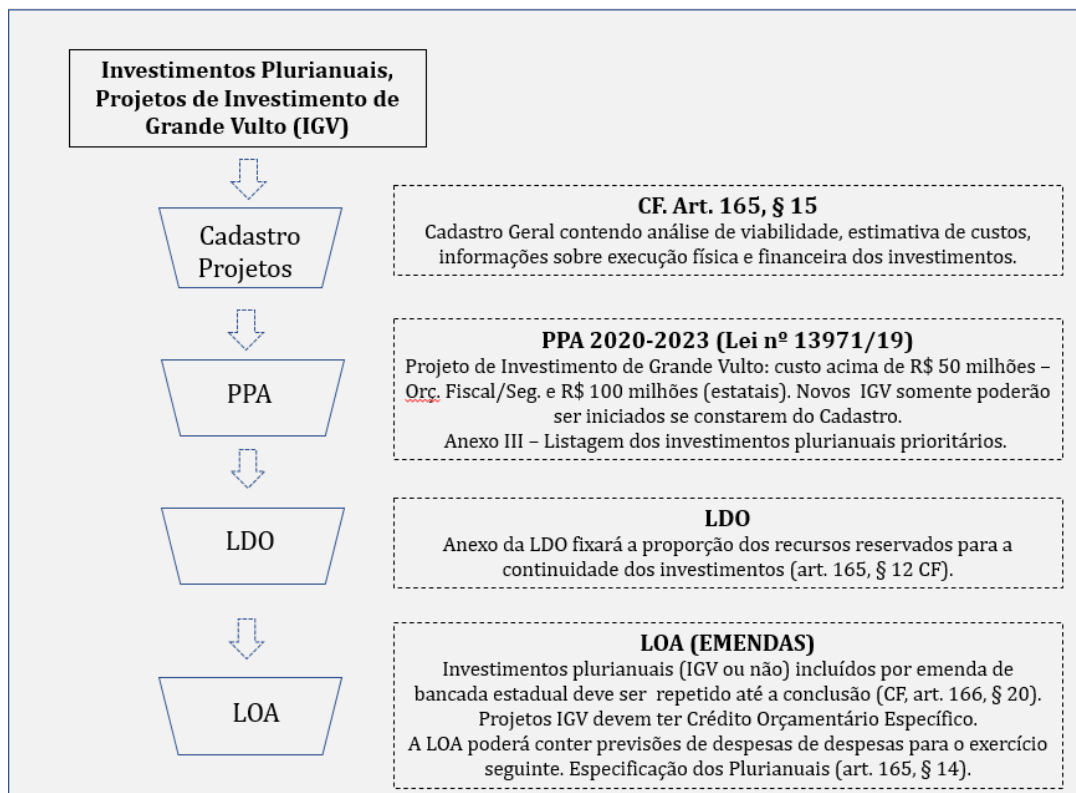
CD215956082200 LexEdit



8



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS



CD/21595.60822-00

Figura 1 – Projetos de Investimentos de Grande Vulto e Continuidade dos Investimentos

30. **Compatibilidade com a LDO e demais normas financeiras e regimentais.** As emendas ao PLOA, além de compatíveis com a Constituição e com o plano plurianual, devem ser compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e demais normas atinentes.

31. Quanto à **lei de diretrizes orçamentárias**, ressaltam-se as disposições relativas ao atendimento da proporção mínima de recursos a ser estabelecida para investimento, à competência da União e às transferências para o setor privado. As emendas individuais e coletivas somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária (art. 7º, § 4º, II, “c” da LDO 2022)

32. No que se refere à destinação de recursos para entidades privadas, vale salientar as disposições da Seção I (transferências ao setor privado) do Capítulo V da LDO 2022. Observe-se que a Lei nº 13.019, de 2014, passou a exigir o **chamamento público como regra geral** para a seleção de entidades beneficiárias de recursos públicos. No entanto, com o advento da Lei nº 13.204, de 14/12/2015, o art. 29²⁴ passou a ressaltar expressamente a exigência de chamamento público para a

²⁴ Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos **decorrentes de emendas parlamentares** às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público**, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (grifo nosso)

CD/21595.60822-00
eXEdit





9

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares.

33. Deve-se observar, enfim, as disposições específicas sobre as emendas individuais e coletivas, especialmente aquelas contidas na Resolução nº 1/2006-CN (arts. 37 a 50 e 140 a 147).

34. O Quadro 1 seguinte destaca os principais aspectos abordados quanto aos requisitos gerais. As condições específicas de cada tipo de emenda serão abordadas nos próximos itens.

Quadro 1 – Admissibilidade de Emendas – Legislação Básica

Principais Requisitos
• Constituição Federal: • Art. 166, § 3º. Necessidade de indicar os recursos compensatórios. Despesas obrigatórias somente podem ser acrescidas ou canceladas por emenda se destinadas à correção de erros ou omissões. • Vedações Constitucionais (art. 167). • Emendas Impositivas (individuais e bancada estadual) – Limites art. 111 ADCT e art. 166. Emendas individuais/transf. Especiais – art. 166-A. • Banco de projetos (art. 165, § 12) e continuidade de investimentos incluídos por emendas de bancada estadual (art. 166, § 20). • Transferência especial para as emendas individuais (art. 166-A). • ADCT - EC nº 95/2016 (teto) - cancelamento compensatório de emenda deve ser no mesmo Poder ou órgão com teto individualizado. • PPA 2020-2023: verificar: a) se a programação da emenda ao PLOA encontra-se abrangida por algum programa do PPA; b) se é projeto de grande vulto (acima de R\$ 50 milhões), o que exige crédito orçamentário específico. O Anexo III do PPA relaciona os Investimentos Plurianuais Prioritários do PPA (projetos). • LDO – A programação deve ser de competência da União; atender condições para transferências voluntárias e ao setor privado (emenda não requer chamamento público). • Resolução nº 1/2006-CN – Arts. 37 a 50, 140 a 147.

1.3. EMENDAS INDIVIDUAIS

35. A Resolução nº 1/2006-CN prevê a apresentação de até 25 emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. Com a aprovação da EC nº 86, de 2015, as programações incluídas por emendas individuais passaram a ser de execução obrigatória (impositivas), exceto quando ocorrem impedimentos técnicos.

36. Não foram estabelecidas, para as emendas individuais, as restrições existentes quanto às emendas coletivas no que se refere a programações genéricas.

37. Pelo art. 50 da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas individuais devem atender a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

38. As emendas **individuais destinadas a entidades privadas** poderão indicar na justificativa o nome da(s) entidade(s) beneficiárias.

39. No caso de projetos, a Resolução prevê que, em seu conjunto, as dotações decorrentes de emendas individuais devem ser suficientes para a conclusão da obra ou de etapa de sua execução.



CD/21595.60822-00



CD/21595.60822-00



10



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

40. Em razão do elevado quantitativo de **emendas individuais** e da necessidade da análise de sua admissibilidade em curto espaço de tempo, este Comitê propõe a atuação conjunta com as **Relatorias Setoriais**, nos moldes de anos anteriores.
41. Assim, devem-se considerar incorporadas ao Relatório de Atividades do CAE sobre admissibilidade de emendas as propostas de parecer pela inadmissibilidade que constarem dos Relatórios Setoriais, conforme demonstrativo previsto no art. 70, III, “c”, da Resolução 1/2006-CN²⁵.
42. Os pareceres pela inadmissibilidade que constarem dos Relatórios Setoriais poderão ser submetidos previamente à apreciação do CAE, antes da apreciação pela CMO.
43. O limite financeiro das emendas, por congressista, corresponde a **R\$ 17.639.365** distribuído em até 25 emendas. Este valor é calculado considerando o montante da execução obrigatória do Orçamento anterior, corrigido pela variação do IPCA, distribuído pelo quantitativo de parlamentares no exercício do mandato. Do valor apresentado por cada parlamentar, ao menos a metade deve ser destinada para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) identificadas pelo Id. Uso 6.
44. De acordo com o art. 166-A da Constituição Federal, as emendas individuais impositivas poderão alocar recursos aos entes subnacionais por meio **de transferência especial** ou **transferência com finalidade definida**, sendo vedada em ambos os casos a utilização para pagamento com pessoal e encargos sociais e encargos ao serviço da dívida²⁶.
45. Na **transferência especial**²⁷ os recursos repassados não dependerão de celebração de convênio e pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira. O objeto final do gasto não é especificado na programação, sendo o recurso repassado diretamente pela União. O ente beneficiado deverá aplicar tais recursos em programações finalísticas do Poder Executivo local. Pelo menos 70% deverão ser aplicados em despesas de capital (exceto encargos referentes ao serviço da dívida). O limite de 70 % para despesas de capital deverá ser observado **por autor** (art. 5, § 1º Portaria Interministerial ME/SEGOV – PRF nº 6.411/2021).
46. Deverá ser indicado, além da Modalidade de Aplicação, o GND. Uma única emenda (programação), tal como ocorre nas transferências comuns, pode comportar MA 30 – Estados e 40 – Municípios. O art. 166-A, § 2º, I da CF só prevê transferências especiais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
47. As transferências especiais serão apresentadas na seguinte programação: UO 73101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia. **Programação: 28.845.0903.OEC2.XXXX – Transferências Especiais**. Trata-se de operação especial, de modo que não comporta “meta física” para o governo federal.
48. Na transferência com finalidade definida, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda e poderão ser aplicados somente nas áreas de competência constitucional da União (§ 4º do art. Art. 166-A da CF).

²⁵ Art. 70. Os Relatores do projeto deverão, em seus relatórios: (...)

III - apresentar demonstrativos: (...)

c) das emendas com proposta de parecer pela inadmissibilidade;

²⁶ Esses recursos não 1 integrarão a receita do Estado/DF e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 13 do art. 166, e de endividamento do ente federado;

²⁷ Para maiores informações vide “Transferências Especiais (Ação OEC2) – Perguntas Frequentes> <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2022/faq.pdf> (Conof/Núcleo de Economia).

CD/21595.60822-00

CD215956082200
eXEdit



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

49. No caso de transferências voluntárias, é vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (custeio e/ou equipamentos); tratando-se de obras e serviços de engenharia, o valor da transferência da União não poderá ser inferior a R\$ 250.000,00. Vide maiores detalhes acerca de normas para execução das transferências voluntárias na Portaria Interministerial 424/2016²⁸. Tais limites não são aplicáveis nas transferências especiais e nas transferências fundo a fundo.

50. O **Quadro** em anexo resume as características e diferenças entre as duas espécies de transferências:

Quadro 2 – Transferências Tradicionais (art. 25 LRF) x Especiais (art. 166-A CF) – Principais Diferenças

Item	Transferência com Finalidade Definida (espécie tradicional de transferência)	Transferência Especial (nova espécie de transferência)
Finalidade da Transferência	Vinculada à programação especificada na emenda (classificação completa). Submetem-se às diretrizes, prioridades e restrições da LDO.	Crédito orçamentário sem finalidade definida . Recursos repassados diretamente ao ente. Similar ao FPM. Emendas apresentadas na UO 73101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia.
Instrumento de repasse	Convênios e congêneres . Contempla plano de trabalho, metas, cronograma, contrapartida, etc.	Independente de convênio ou congêneres . Não há estipulação de plano de trabalho, metas, cronograma, contrapartida, etc.
Titularidade Financeira e Patrimonial	Recursos sob gestão da União até a entrega de um bem ou serviço .	Recursos pertencerão ao ente federado desde o ato da efetiva transferência financeira . A transferência dominial é dos recursos, e não de bens ou serviços.
Obrigatoriedade de Execução	Dever de execução (empenho e pagamento) das programações da emenda (§ 11 do art. 165 CF). Maior possibilidade de identificação de impedimentos técnicos.	Idem. Menor possibilidade de identificação de impedimentos técnicos.
Fiscalização e Prestação de Contas.	União controla a execução e da prestação de contas.	Papel da União não definido. Fiscalização dos órgãos de controle interno e externo do Estado/DF e Municípios .
Exigências e Condições para recebimento	Legislação aplicável às transferências voluntárias (exceto adimplência): prestação de contas, observância limites de saúde e educação, pessoal, dívida e demais exigências LRF.	Sem previsão.
	Atendimento de despesas correntes (exceto pessoal e dívida) ou de capital	Idem, sendo que pelo menos 70% devem ser destinados a despesas de capital .
	Programações em área de competência comum da União e do ente.	Programações finalísticas nas áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado .
	Valor mínimo convênios e congêneres R\$ 100.000,00; obras e serviços de engenharia, R\$ 250.000,00.	Não definido

²⁸ Acessível em: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016>



CD/21595.60822-00



CD215956082200



12



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

I.4. EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL

51. A Resolução nº 1-2006/CN contempla várias disposições voltadas a garantir o caráter estruturante das emendas de bancada e de comissão. O propósito foi impedir a utilização desse instrumento para, indiretamente, ampliar o limite das emendas individuais. Assim, passou-se a exigir a identificação e especificação precisa do objeto.

52. Estão previstas de 15 (quinze) a 20 (vinte) emendas de **apropriação**, além de 3 (três) emendas de **remanejamento**, por bancada estadual. Caberá à representação do Senado a iniciativa de 3 emendas de apropriação, nas Bancadas Estaduais integradas por mais de 18 parlamentares.

53. Nos termos do art. 46 da Resolução n. 1, de 2006-CN, as Bancadas Estaduais no Congresso Nacional poderão apresentar emendas relativas apenas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal. Portanto, restritas aos respectivos territórios.

54. Excepcionalmente é considerada atendida a exigência de interesse estadual de que trata o art. 46 da Resolução n. 1, de 2006-CN, no caso de entidades e unidades que tradicionalmente e de forma significativa prestem atendimento também a cidadãos de outros Estados, como ocorre com hospitais de referência situados em outras unidades da federação.

55. **Emendas de bancada do tipo Remanejamento.** A admissibilidade das emendas de **remanejamento** exige a verificação das dotações acrescidas ou incluídas, bem como da viabilidade dos cancelamentos indicados, que, necessariamente, devem incidir sobre programações constantes da proposta. **Não pode ser indicado**, para tais emendas, **o cancelamento da reserva de contingência**. Mais de uma emenda de remanejamento pode indicar cancelamento em uma mesma programação, observada a suficiência de recursos consignados no projeto.

56. As bancadas somente poderão propor emendas de remanejamento quando acréscimos e cancelamentos ocorrerem no âmbito da **respectiva unidade federativa (Estado ou DF)**, do **mesmo órgão e do mesmo grupo de natureza de despesa**²⁹, observada a compatibilidade das fontes de recursos, conforme arts. 38 e 48 da Resolução.

57. **Emendas de bancada estadual. Restrições quando destinadas a obras (primeira parte do art. 47, II da Resolução nº 1/2005-CN).** As emendas de bancada devem ser de interesse de cada estado ou do Distrito Federal e, nos termos do art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN³⁰, identificar de forma precisa seu objeto. Assim, não será permitida a utilização de designação genérica que possa:

- a) contemplar obras distintas; ou
- b) resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada.

²⁹ As emendas geralmente incidem sobre os seguintes grupos de natureza de despesa: 3 – Outras Despesas Correntes; 4 – Investimentos; e 5 – Inversões Financeiras.

³⁰ Art. 47. As emendas de Bancada Estadual deverão: (...)

II - identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possam resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada;



CD/21595.60822-00



CD215956082200

eXEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

13

58. As duas condições devem ser atendidas concomitantemente. A primeira condição (item a) reflete a necessidade de a emenda contemplar **apenas uma obra**. Essa, todavia, não é definida na Resolução nº 1/2006-CN ou na LDO.

59. Conforme a Lei das Licitações (Lei nº 8.666/1993), o conceito de obra está associado à construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. O conceito de **obra** distingue-se do conceito de **serviço**³¹, vinculando-se aquela diretamente ao GND 4 (Investimento). Observe-se que tanto uma obra (GND-4) como um serviço (GND-3) pode referir-se a reforma. A emenda destinada a reformas que devam ser classificadas como GND 3 não se submete ao art. 47, II, da Resolução, salvo quanto à transferência para mais de um ente da federação ou mais de uma entidade privada.

60. Em consonância com decisões anteriores da CMO, considera-se que a emenda que destine recursos a complexo ou **empreendimento** com objeto preciso, determinado e identificado, caracterizado por um conjunto de obras fisicamente contíguas ou funcionalmente interdependentes, com localização definida e finalidade comum, atende ao disposto na primeira parte do art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN.

61. Portanto, para atender à exigência do referido dispositivo, as obras devem integrar-se e complementar-se e ser destinadas a um mesmo fim, caracterizando um **empreendimento**. Faz-se necessário que a justificação da emenda explicita a finalidade do empreendimento e as partes ou etapas o que compõem.

62. Desse modo, atendidas as demais restrições da Resolução nº 1/2006-CN (obra estruturante, execução pela União e/ou um **único órgão executor**³² etc.), consideram-se **admissíveis emendas de bancada estadual** que contenham a descrição da obra ou do empreendimento “x”, a **exemplo** dos seguintes casos:

- Construção do Trecho Rodoviário x na BR y – No Estado z.
- Adequação do Trecho Rodoviário x na BR y – No Estado z.
- Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União na Região x- No Estado z
- Construção de Contorno Rodoviário no Município x na BR y – No Estado z.
- Infraestrutura Portuária – Dragagem do Porto x.
- Implantação do Perímetro de Irrigação x.
- Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Canalização do Rio x.
- Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Unidade de Saúde x.
- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos – Sistema x.
- Implantação e Ampliação de Sistema Público de Abastecimento de Água – Sistema x.
- Recuperação e Despoluição do Rio x (ou Canal de Drenagem x).
- Integração do Rio x com a Bacia Hidrográfica y.
- Obras de Macrodrenagem na Localidade x.
- Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano – Linha x.
- Construção de Prédio do Hospital x.
- Construção de Ginásio de Esportes no Município x.
- Implantação do Ginásio Esportivo x.
- Fomento ao Setor Agropecuário – Empreendimento x.
- Construção do Edifício-sede do Tribunal Federal x.

³¹ Os serviços são caracterizados como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, reforma e adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

³² Estado/DF, Município, Consórcio Público ou entidade privada.

12



CD/21595.60822-00



CD215956082200 xEdit



14



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

63. De outra forma, a emenda de bancada estadual cuja programação não especifique a obra ou o empreendimento a que visa contraria o art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN³³.

64. Considera-se igualmente delimitado o objeto e atendido o requisito da primeira parte do art. 47, II, quando a emenda de bancada designar, no subtítulo, um conjunto articulado de obras ou um empreendimento, que reflita um plano integrado de ações, no âmbito de um **único município, região metropolitana ou RIDE**, a exemplo de: Infraestrutura Urbana no Município x (ou na Região Metropolitana x; ou na RIDE x); Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística no Município x (ou na Região Metropolitana x; ou na RIDE x); Fomento ao Setor Agropecuário no Município x (ou na Região Metropolitana x; ou na RIDE x).

65. A justificação da emenda deverá descrever o plano integrado de ações existente que represente o conjunto articulado de obras ou o empreendimento objeto da emenda.

66. Deve-se atentar, ainda, para as emendas que destinam recursos a programações que permitam a realização de obras (construções, ampliações, modernizações etc) e, portanto, aptas a receberem grupo de natureza de despesa Investimentos (GND 4), que abrange os elementos de despesa³⁴ **“obras e instalações” e “equipamentos e material permanente”**. A vedação de designação genérica do art. 47, II, recai sobre a emenda quando a programação abranger a execução de **obras**, não se aplicando àquela que aloque recursos para a aquisição de equipamento e material permanente. Para ser admitida, a emenda deve esclarecer, no **subtítulo**, que a programação genérica se destina à aquisição de equipamentos e/ou material permanente e limitar a transferência de recursos a uma única unidade federativa ou entidade privada, como será descrito adiante.

67. A **aquisição de equipamento e de material permanente**, por ser de natureza eventual, não se compatibiliza com o conceito de atividade, que prevê execução de modo contínuo e permanente. Portanto, as aquisições de equipamento e material permanente, caracterizada no subtítulo, não devem submeter-se às restrições presentes no art. 47, IV, da Resolução 1/2006-CN³⁵.

68. A restrição à designação genérica constante do art. 47, II, também não se aplica ao caso de programações que sejam restritas a **serviços (só possam receber GND 3), que inclui reformas, reparos, manutenção e consertos**. Em qualquer desses casos, no entanto, os recursos devem ser programados para aplicação direta ou, no caso de transferência, destinados a uma única unidade de federação ou entidade privada.

³³ Exemplos de **infração** ao art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN: Construção de Trechos Rodoviários – No Estado x; Construção de Perímetros de Irrigação – No Estado x; Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado x; Infraestrutura Urbana – Nos Municípios do Estado x; Saneamento Básico para Controle de Agravos – No Estado x; Sistemas de Esgotos Sanitários nos Municípios – No Estado x; Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água – No Estado x; Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - no Estado x; Implantação de Obras de Infraestrutura hídrica nos Municípios – no Estado x; Implantação de Ginásios Esportivos - no Estado x; Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística nos Municípios – no Estado x; Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura – no Estado X; Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnologia das Instituições de Segurança Pública – no Estado x; Construção de quadras poliesportivas – no Estado x. Etc.

³⁴ Identifica o objeto de gasto. O elemento de despesa não consta do projeto ou da lei orçamentária, mas apenas das bases de dados de elaboração e execução orçamentárias.

³⁵ Art. 47. As emendas de Bancada Estadual deverão: (...) IV - no caso de atividades ou operações especiais, restringir-se às modalidades de aplicação 30 (trinta - governo estadual) e 90 (noventa - aplicação direta);



CD/21595.60822-00



*CD215956082200*exEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

69. Em relação às rodovias, em sendo a malha rodoviária federal integrada, uma intervenção em rodovia federal tem o condão de contribuir para o todo, assegurando a unidade nacional e a integração regional. Portanto, considera-se atendido o requisito de “interesse nacional” exigido nos arts. 44 e 45 da Resolução quando os acréscimos ou cancelamentos da emenda forem atinentes a trechos do Sistema Nacional de Viação (Lei 12.379/2011 e Lei nº 5.917/1973) sob jurisdição federal.

Quadro 3 – Emendas de Bancada Estadual destinadas a Obras – Requisitos

Programação da Emenda de Bancada Estadual – Res. 1/2006-CN (art 47, II, 1ª parte)	
• Destinada a Obra – Objeto da emenda deve contemplar uma única obra ou empreendimento .	Não Destinada a Obra (exemplos)
• Observar preliminarmente o disposto no § 20 do art. 166 da Constituição, quanto aos projetos de investimento que, se incluídos a partir de 2020, devem ser repetidos, até a conclusão. • Empreendimento é um conjunto de obras fisicamente contíguas e funcionalmente interdependentes. • Compreende ainda um plano integrado de ações executadas em um único município, Região Metropolitana ou RIDE. • Se o custo total da obra ou empreendimento for superior a R\$ 50 milhões, exige-se crédito orçamentário específico, sendo que a execução dependerá da inclusão do projeto no Cadastro da União.	• GND 3 - Outras Despesas Correntes (Serviços de Terceiros, Custeio, Reformas, Reparos, Manutenção e Consertos, etc.) • GND 4 - quando for especificado no subtítulo tratar-se de aquisição de Equipamento, Material Permanente. • Se Reformas, Reparos, Manutenção e Consertos - Grafar no subtítulo.

70. **Emendas de bancada estadual. Restrições quanto à modalidade de aplicação (segunda parte do art. 47, II da Resolução nº 1/2006-CN).** As emendas devem observar, ainda, as restrições quanto à modalidade de aplicação, em decorrência do disposto na segunda parte do art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN.

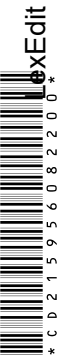
71. A segunda condição estabelecida no art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN, determina que a programação objeto da emenda não pode resultar, na execução orçamentária, em transferência voluntária³⁶, convênios ou similares para mais de um ente da federação ou mais de uma entidade privada. A verificação do atendimento dessa condição deverá se valer dos dados constantes da emenda relativos à **modalidade de aplicação** e ao subtítulo, o qual é utilizado para especificar a **localização do gasto** (por meio de expressões como “**nacional**”, “**no Estado de**” ou “**no Município de**”).

72. Ainda que o subtítulo especifique que a localização do gasto se circunscreve ao limite territorial de um estado (“No Estado de ...”), podendo, portanto, ser realizado no território de um ou mais municípios, o uso da modalidade de aplicação 30 (transferência à administração estadual) garante, em termos de programação, que todas as transferências se destinarão a um único ente. No caso em que se pretende beneficiar uma região metropolitana ou RIDE, a modalidade de aplicação deverá ser 30 (transferência à administração estadual) ou também 90 (aplicação direta pela União).

³⁶ Art. 25 da LRF. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.



CD/21595.60822-00



CD 215956082200



16



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

73. O art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN prevê que a programação da emenda de bancada não pode resultar em transferências para mais de uma **entidade privada**.

74. **É vedado o uso da modalidade de aplicação 99** (a definir), uma vez que sua posterior classificação, quando da execução orçamentária, para uma ou várias modalidades possibilitaria a realização de transferências a mais de um ente, o que é vedada pelo art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN.

75. Deve-se identificar, no caso da modalidade de aplicação 30 ou 40, respectivamente, um único Estado ou Município destinatário dos recursos. E, nos casos de modalidade de aplicação 50, deverá constar do subtítulo, além da localização em que a ação será realizada, o nome da entidade privada.

76. No caso de transferência a **consórcio público**³⁷ (**modalidade de aplicação 71**), seu nome deverá ser identificado no **subtítulo** da emenda, aplicando-se ao caso as normas relativas às transferências a entidades públicas ou a entidades privadas, conforme a sua natureza. Na **justificação** da emenda, além da denominação, deverá constar a natureza do consórcio, objeto, área de atuação e os municípios que o integram. Deverá ainda ser anexada à ata da reunião da bancada cópia do ato constitutivo do consórcio. Aplicam-se aos consórcios públicos todas as restrições constantes da Resolução nº 1/2006-CN, **em especial a exigência de a emenda abranger uma única obra**.

Quadro 4 – Emendas de Bancada Estadual – Condições quanto à Modalidade Aplicação

Programação da Emenda de Bancada Estadual Res. 1/2006-CN (art 47, II, 2ª parte)
• Único órgão executor - Não pode resultar, na execução, em transferências para mais de um ente da federação. • Vedado MA 99 (art. 47, II). • Se entidade privada – deve ser única e identificada no subtítulo. OBS. 1) Tratando-se de atividade ou operação especial que não se refira a obras, apenas MA 30 ou 90 (art. 47, IV). 2) Códigos de Modalidade de aplicação (MA): se execução por Estado/DF – 30; Município – 40, Entidade Privada – 50; Consórcio – 71; 99 – a definir;

77. **Emendas de bancada estadual. Necessidade de continuidade dos investimentos.** A determinação de que as obras iniciadas pelas bancadas estaduais, que já constava da Resolução nº 1, de

³⁷ O Consórcio Público (que podem ser associação pública ou pessoa jurídica de direito privado) é um instrumento de gestão associada, criado pela Lei nº 11.107, de 2005. O consórcio público municipal viabiliza a realização de serviços comuns, entre si ou de forma conjunta com a União e Estados, tendo como objetivo o ganho de eficiência na gestão e na execução de despesas públicas. Possibilita, por exemplo, a parceria para a criação de aterros sanitários, a coleta de lixo e a administração de hospitais regionais. O consórcio pode firmar contrato, convênio ou instrumento congênere, receber auxílio, contribuições e subvenções sociais ou econômicas. Pode promover desapropriações e instituir servidões nos termos da declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social, podendo ainda ser contratado pela administração direta ou indireta, dispensada a licitação. Será constituído por contrato, cuja celebração dependerá da ratificação, mediante lei, de um protocolo de intenções dos entes consorciados. As receitas e as despesas são geridas segundo contrato de rateio.

CD/21595.60822-00

CD 215956082200
eXEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

17

2006-CN (art. 47), foi prevista no § 20 do art. 166³⁸ da Constituição. As disposições constitucionais convergem no sentido de garantir a continuidade da alocação orçamentária em investimentos plurianuais em andamento, fato que repercute no exame de admissibilidade das emendas de bancada estadual. Vide a propósito, o teor da Mensagem do PLOA (pg. 26):

Desse modo, com o objetivo de cumprir com tais dispositivos e auxiliar as bancadas estaduais parlamentares para que aloquem no PLOA-2022 seus recursos naqueles projetos plurianuais que se encontram em andamento, segue a **tabela 3³⁹**, nesta Mensagem que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária com os investimentos plurianuais que se encontram nesta situação, no qual são identificadas as bancadas, números das emendas, programações orçamentárias e órgãos em que os mesmos estão em execução.

78. Saliente-se, por outro lado, que o § 13 do art. 166 da CF determina que as programações impositivas (o que inclui as emendas de bancada estadual RP 7) não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

79. **Portanto, caberá à bancada estadual observar o disposto na Constituição, repetindo emenda necessária à conclusão de obras iniciadas, salvo a existência de impedimento.**

80. **No caso de impedimento, deverá a bancada, na ata da reunião em que tiver decidido sobre a apresentação de emendas, apresentar as razões de não dar continuidade ao mesmo.**

81. Diante do disposto no § 20 do art. 166 da Constituição quanto à necessidade de concluir investimentos iniciados por emenda de bancada estadual impositiva (RP 7), algumas das atuais disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN (§ 2º do art. 47) encontram-se afastadas. Assim, não devem mais prevalecer, como motivo para a não repetição de emenda de bancada impositiva⁴⁰ relativa a obra, a alegação das exceções de que trata o item I⁴¹, II e IV do § 2º do art. 47 da Resolução:

Art. 47. (...)

§ 2º “Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se:

I - constem do projeto de lei orçamentária; ou

II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra;

III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra⁴²; ou

³⁸ Art. 166 (...) § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo (emendas de bancada estadual), quando versarem sobre o início de investimento com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, **deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.**” (grifo nosso)

³⁹ Observe-se que a referida tabela 3 que consta da Mensagem aponta, na maior parte das vezes, programações genéricas (no âmbito de um estado ou município), sem indicar exatamente qual a obra específica que deve ser repetida.

⁴⁰ O dispositivo constitucional que exige repetição de emenda de bancada estadual refere-se apenas às emendas RP7. Quanto às emendas de bancada RP2, portanto, continuariam válidas as exceções previstas nos incisos do § 2º do art. 47.

⁴¹ Salvo se os recursos do projeto forem suficientes para a conclusão da obra.

⁴² De acordo com o art. 65 da LDO 2022, § 2º São consideradas **hipóteses de impedimentos de ordem técnica**, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo federal:

I - a ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

II - a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;



CD/21595.60822-00



CD215956082200 eXEdit





18

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.

82. O Quadro seguinte ilustra como se dá a aplicação da regra da Resolução nº 1/2006-CN e da Constituição em função do momento da aprovação da emenda a ser repetida e do tipo de programação.

Quadro 5 - Emenda de Bancada Estadual - Necessidade de repetição

Momento da aprovação da emenda de bancada estadual	Programação ⁽¹⁾ incluída pela Emenda - RP ⁽²⁾	
	RP 2 (discricionária)	RP 7 (impositiva)
Antes da EC 100/2019 (LOA 2019 e anteriores)	Regra do art. 47, § 2º ⁽³⁾ da Res. nº 1/2006-CN (emenda deve ser repetida com RP 2 ou RP 7)	
Depois da EC 100/2019 (LOA 2020 em diante)	Regra do art. 47, § 2º da Res. nº 1/2006-CN (emenda deve ser repetida com RP 2 ou RP 7)	Regra do art. 166, § 20 ⁽⁴⁾ da CF (emenda deve ser repetida com RP 7)

(1) Aplicável apenas às programações que contemplam obras/investimento com objeto definido e que tenham sido iniciados.

(2) RP 2 = Programação discricionária; RP 7 - Programação impositiva.

(3) Exceções admitidas: programação consta do PLOA, execução física > 20 %, impedimento técnico; decisão unânime da bancada estadual; recursos suficientes para a conclusão da obra.

(4) Exceções admitidas: impedimento técnico; recursos suficientes para a conclusão da obra.

83. ***Em consonância com o entendimento já havido no âmbito do CAE (PLOA 2021), o exame do Comitê, na verificação do dever de repetir emendas destinadas a obras iniciadas pelas bancadas estaduais, ficará concentrado nas emendas de bancada estadual (RP 7) apresentadas a partir de 2020 (art. 166, § 20 CF).***

84. ***A necessidade de repetir emendas de bancada aprovadas antes da EC n. 100/2019 (RP 2 ou RP 7) é regida pelas disposições do art. 47, § 2º da Res. nº 1/2006-CN, verificação que ficará sob responsabilidade e decisão discricionária dos respectivos colegiados estaduais/DF.***

85. *Para subsidiar a deliberação das bancadas estaduais acerca de emendas que devem ser repetidas é apresentado, no Anexo 2, relatório contendo o levantamento das programações incluídas por emendas, atinentes a obras específicas⁴³, e que se encontram com alguma execução, as quais, em princípio, devem ser repetidas.*

III - a não comprovação, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando a cargo do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e sua manutenção;

IV - a não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto ou de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V - a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VI - a incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e do respectivo subtítulo; e

VII - os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro.

⁴³ O levantamento efetuado considera tão somente as programações que especificam e descrevem no título/subtítulo orçamentário a obra/empreendimento.

CD/21595.60822-00

CD 215956082200
eXEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

19

86. As emendas de bancada (art. 47, V) devem, na sua **justificação**, conter um conjunto de informações técnicas e financeiras úteis à avaliação do mérito. A finalidade da norma é propiciar uma análise de oportunidade e conveniência para a adequada quantificação dos recursos a serem alocados. Entretanto, a ausência ou a precariedade das informações mencionadas não será motivo de inadmissão automática pelo CAE. A Relatoria, no entanto, poderá solicitar diretamente ao autor a apresentação de tais informações, ou sua complementação. Não sendo atendido, poderá propor a inadmissibilidade da emenda (demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c, da Resolução nº 1, de 2006-CN⁴⁴).

87. Quanto à verificação da admissibilidade da emenda de bancada estadual com o PPA 2020-2023, conforme já examinado em item anterior, deve-se verificar se a programação da emenda ao PLOA, quando constituída por projeto de grande vulto (acima de R\$ 50 milhões) tem crédito orçamentário específico. Sendo que sua execução deverá ser precedida de inclusão no Cadastro da União.

88. **Emendas de bancada estadual. Critério de distribuição dos valores às bancadas.** O montante **destinado às emendas de bancada estadual** encontra-se definido no § 12 do art. 166 da Constituição, e equivale a 1 % da RCL realizada no exercício anterior. A EC 100/2019 estabeleceu que, a partir de 2022, o montante de execução do ano anterior seja corrigido pelo IPCA. A LDO 2022 autorizou que a reserva fosse reduzida dos recursos destinados a Fundo de Campanhas, o que resultará em valor máximo de **R\$ 212.873.920** por bancada.

89. As programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de execução obrigatória, nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição **devem ser identificadas com o identificador RP 7.**

90. O PLOA 2022 contém reserva de contingência para atendimento de programações decorrentes de emendas de bancada estadual em cumprimento ao disposto na LDO. Metade dessa reserva foi alocada diretamente no Fundo Nacional da Saúde.

91. O critério de distribuição do mesmo valor para todas as bancadas (vide Instrução Normativa CMO nº 02/2021⁴⁵) é justificado na medida em que o principal objeto de intervenção das bancadas deve ser constituído por obras estruturantes, demanda recorrente de todas as unidades da federação.

92. Outro aspecto atinente às emendas de bancada estadual diz respeito à possibilidade de apresentação e aprovação de emendas de bancada estadual “não impositivas”, ou seja, sem a garantia de execução de que tratam os §§ 12 e 18 do art. 166 da CF.

93. Tem sido considerado pela CMO que a existência de programações impositivas (RP7) não deve impedir emendas de bancada com identificador RP2. As emendas de bancada poderiam ser atendidas simultaneamente com recursos reservados (RP7) e também com outras fontes (RP2), indicadas pelas bancadas e decorrentes dos cancelamentos do PLOA promovidos pelos relatores⁴⁶. Durante a execução, a garantia de contingenciamento proporcional fica restrita apenas às emendas com RP 7.

94. Deve-se esclarecer, por fim, que o dever geral de execução das programações enquadradas no conceito do § 10 do art. 165 da Constituição beneficia todas as programações finalísticas, derivadas

⁴⁴ Art. 70. Os Relatores do projeto deverão, em seus relatórios: (...) III - apresentar demonstrativos: c) das emendas com proposta de parecer pela inadmissibilidade.

⁴⁵ https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/Legisla_CMO/Instrucao_Normativa_2_2021.pdf

⁴⁶ O parecer preliminar estabelece critérios gerais de cancelamento das programações do PLOA pelos relatores.



CD/21595.60822-00



CD215956082200 xEdit

18



20



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

ou não de emendas, salvo impedimento ou contingenciamento. No entanto, de forma diversa do que ocorre com as emendas impositivas no sentido estrito (individuais - RP 6 e de bancada estadual - RP 7), com garantia de execução parametrizada em função da RCL, não é enunciado para as demais emendas e programações garantia de critério proporcional de contingenciamento⁴⁷. Do que se depreende que tais programações podem ser contingenciadas em diferentes percentuais, observadas as regras fiscais da LDO que tratam sobre o tema.

95. Diante do exposto, pode-se compor o seguinte quadro demonstrativo das condições para apresentação e aprovação das **emendas de bancada estadual**, de acordo com a Resolução nº 1/2006-CN:

Quadro 6 - Emendas de Bancada Estadual x Tipo de Ação

Ação	Condições Cumulativas	Dispositivo
Qualquer Ação (Projeto/Atividade/ Operação Especial)	1. Objeto deve ser de interesse estadual	Art. 46
	2. Emendas acompanhadas da ata da reunião	Art. 47, I
	3. Identificação precisa do objeto	Art. 47, II
	4. Não pode resultar, na execução, em transferências voluntárias para mais de um ente da federação ou entidade privada; no caso de entidade privada ou de Consórcio Público, o nome da entidade e do município devem constar do subtítulo.	Art. 47, II
	5. Justificação deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento.	Art. 47, V
Ação que contemple Obra (Projeto/Atividade/ Operação Especial)	Condições de 1 a 5 acima	
	6. Emenda deve contemplar única obra ou empreendimento (ressalvada a indicação de RM ou RIDE que deverá ser nominalmente identificada no subtítulo).	Art. 47, II
	7. Projetos já contemplados por emendas em anos anteriores devem ser concluídos	Art. 47, § 2º
	8. Modalidade de aplicação compatível. Obs: a utilização da MA 40 será inadmitida no caso de o subtítulo não identificar o município, uma vez que permitiria transferência a mais de um ente.	Art. 47, II e IV
Ação que NÃO contemple Obra (Projeto/Atividade/ Operação Especial)	Condições de 1 a 5 acima	
	9. Aquisição de Equipamento e/ou Material Permanente ou Reforma (GND 3 - Outras Despesas Correntes), desde que a finalidade esteja identificada no subtítulo - Modalidade de Aplicação compatível. Obs: a utilização da MA 40 será inadmitida no caso de o subtítulo não identificar o município, uma vez que permitiria transferência a mais de um ente.	Art. 47, II e IV
	10. Demais despesas, só pode na modalidade de aplicação 30 (estados) e 90 (aplicação direta)	Art. 47, IV

⁴⁷ Além do benefício do contingenciamento proporcional, a LDO tem reservados às emendas RP6 e RP7 a possibilidade do autor indicar (via SIOP) beneficiários específicos durante a execução orçamentário.



CD/21595.60822-00



CD215956082200 LexEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

21

1.5. EMENDAS DE COMISSÃO

96. O art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN prevê que as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e as comissões mistas permanentes⁴⁸ do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, poderão apresentar emendas ao projeto. Nos termos do § 1º do art. 44, poderão ser apresentadas, por comissão, até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

97. Considerando que o art. 45 contém norma específica para emenda de remanejamento, às comissões não se aplica a restrição quanto à unidade da Federação prevista no art. 48 da Resolução nº 1/2006-CN.

98. O caráter institucional exigido das emendas de comissão refere-se à compatibilidade das ações propostas com as competências regimentais da comissão.

99. A emenda de comissão não pode destinar recursos a entidades privadas, salvo se contemplar programação que, no projeto de lei, contenha modalidade de aplicação que permita transferências a seu favor.

100. Considera-se também razoável a interpretação de que o art. 44, II, permite que a emenda de comissão que suplementar programação constante do projeto de lei não observe as disposições do art. 47, incisos II a V.

101. No caso de transferências voluntárias, o inciso III do art. 44 exige que a justificação da emenda contenha elementos, critérios e fórmulas que determinem a aplicação dos recursos, em função da população beneficiada pela política pública existente. Nesse caso, desaparece o caráter discricionário da programação genérica, criando-se condições para a admissibilidade da emenda. Para tanto o autor deverá comprovar que há lei ou ato normativo vigente que determine a forma de aplicação dos recursos.

102. Aplica-se à emenda de comissão que crie nova programação em relação ao projeto de lei orçamentária as mesmas restrições contidas no art. 47, incisos II a V, aplicáveis à emenda de bancada estadual.

103. Contudo, essas restrições, em função do art. 44, III, da Resolução nº 1/2006-CN, não se aplica à emenda de comissão que destinar recursos para transferências voluntárias de interesse nacional e apresentar, na sua justificação, elementos, critérios e fórmulas que determinem a aplicação dos recursos, em função da população beneficiada pela respectiva política pública, de acordo com lei ou ato normativo vigente, devidamente identificado pelo autor.

104. Diante do exposto, pode-se compor o seguinte quadro demonstrativo das condições para apresentação e aprovação das emendas **de comissão, de acordo com** a Resolução nº 1/ 2006-CN:

Quadro 7– Emendas de Comissão x Tipo de Ação

⁴⁸ O site www.congressonacional.leg.br registra as seguintes comissões mistas permanentes: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI; Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (CMCF); Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CMCPLP; Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM; Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO; Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS); Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.



CD/21595.60822-00



*CD215956082200*exEdit



22



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

CONDIÇÕES EXIGIDAS DAS EMENDAS DE COMISSÃO NA RESOLUÇÃO N.º 1/2006-CN		
Ação	Condições	Dispositivo
Qualquer Ação (Projeto/Atividade/ Operação Especial)	1. Competência da Comissão nos termos do Regimento Interno	Art. 43
	2. Emendas acompanhadas da ata da reunião	Art. 44, I
	3. Emendas com caráter institucional e representar interesse nacional	Art. 44, II
	4. Identificação precisa do objeto	Art. 44, II e 47, II
	5. Não pode resultar, na execução, em transferências voluntárias para mais de um ente da federação, ressalvado o item 7 e quando a emenda contemplar subtítulo constante do projeto de lei	Art. 44, II e 47, II
	6. Justificação deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento.	Art. 44, II e 47, V
	7. No caso de transferência voluntária com política pública existente, a Justificação deve conter os elementos, critérios e fórmulas da distribuição de recursos, indicando a respectiva legislação (lei ou ato normativo)	Art. 44, III
Ação que contemple Obra (Projeto/Atividade/ Operação Especial)	Condições de 1 a 7 acima	
	8. Emenda deve contemplar única obra (empreendimento), exceto quando contemplar subtítulo constante do projeto de lei	Art. 44, II e 47, II
	9. Modalidade de aplicação compatível	Art. 47, II e IV
Ação que NÃO contemple Obra (Projeto/Atividade/ Operação Especial)	Condições de 1 a 7 acima	
	10. Modalidade de aplicação compatível	Art. 44, II e 47, IV
	11. Vedada a destinação de recursos para entidades privadas, salvo se contemplar programação constante do projeto com MA 50.	Art. 44, II

CD/21595.60822-00

1.6. EMENDAS DE RELATOR

105. Quanto à admissibilidade das emendas de relator, objeto de análise deste Relatório, salienta-se que o art. 144 da Resolução nº 1, de 2006-CN, assim disciplina a matéria:

Art. 144. Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de:

I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II - recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto;

III - atender às especificações dos Pareceres Preliminares.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de emendas que tenham por objetivo a inclusão de programação nova, bem como o acréscimo de valores a programações constantes dos projetos, ressalvado o disposto no inciso I do caput e nos Pareceres Preliminares.

106. As emendas de relator, em conformidade com o art. 144, I e II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, destinam-se precipuamente a corrigir erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal verificados no PLOA ou no processo de emendamento; recompor dotações canceladas; dar cumprimento ao disposto no art. 47, § 3º, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN; e implementar decisões da CMO relativas a destaques aprovados.

21

CD/21595.60822-00
LexEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

23

107. Adicionalmente, com fundamento no art. 144, III, da Resolução 1/2006, do Congresso Nacional, o **Parecer** Preliminar **ao PLOA** tem autorizado o relator-geral a apresentar emenda de sua autoria para atender um conjunto de programações de caráter nacional, sendo que a definição de beneficiário específico se dá durante a execução.

108. Ao final desse Relatório, o **Anexos 3** contempla um quadro síntese com as principais orientações a serem consideradas na avaliação da admissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA/2022.



CD/21595.60822-00



CD215956082200 LexEdit

22





II. PARTE DISPOSITIVA

II.1 DA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

1. A admissibilidade das emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual requer a observância das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis. O exame de admissibilidade de todas as emendas será verificado precipuamente pelo CAE e apreciado pela CMO. Em caso de eventual intempestividade ou omissão do exame prévio pelo CAE, a competência quanto à iniciativa de propor a admissibilidade de emenda será devolvida aos respectivos relatores do mérito da matéria orçamentária (Resolução nº 1-2006/CN, art. 70, III, “c”).
2. Nos termos da LDO, as emendas individuais e as de bancada estadual de execução obrigatória serão identificadas exclusivamente com os RPs 6 e 7, respectivamente.
3. A emenda destinada à constituição ou aumento de capital de empresa constante do orçamento de investimento deve:
 - 3.1. ser apresentada ao orçamento fiscal ou da seguridade social; e
 - 3.2. identificar o objeto em que os recursos serão aplicados no orçamento de investimento.
4. Não serão admitidas, salvo se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, emendas que proponham cancelamento, ainda que parcial, de dotações consignadas para despesas:
 - 4.1. com pessoal e encargos sociais (GND 1), com juros e encargos da dívida pública (GND 2) e com amortização da dívida pública (GND 6);
 - 4.2. primárias obrigatórias (RP 1);
 - 4.3. financeiras (RP 0) na unidade orçamentária 90000 – Reserva de Contingência;
 - 4.4. que devam ser executadas à conta de recursos oriundos de operações de crédito ou doações (fontes de recursos 43, 44, 46, 47, 48, 49, 94, 95 e 96), bem como das respectivas contrapartidas (identificador de uso – IU 1, 2, 3, 4 e 5);
5. A vedação indicada no item 4.4 não se aplica ao cancelamento que vise especificar destinações de recursos provenientes de operações de crédito e de suas contrapartidas, desde que as destinações sejam comprovadamente compatíveis com o instrumento contratual da operação.
6. As emendas impositivas de apropriação no âmbito do Poder Executivo indicarão como fonte de cancelamento a parcela da reserva de contingência destinada às emendas individuais e de bancada estadual (RP 6 e RP7). Quanto às demais emendas, é ônus do autor a indicação dos recursos necessários ao seu atendimento.
7. As emendas, salvo erro ou omissão de ordem técnica, não podem acrescentar ou reduzir programação do PLOA destinada ao serviço da dívida (RP 0) ou primária obrigatória (RP 1), que refletem encargos líquidos e certos e a legislação de regência. É ônus do autor da emenda comprovar o erro ou omissão, com metodologia que demonstre a desconformidade entre os valores estimados no PLOA e aqueles necessários para atender a legislação vigente. A vedação de emenda de acréscimo de despesa obrigatória não impede a inclusão de dotações no PLOA na forma de reserva orçamentária (despesa discricionária).



CD/21595.60822-00



*CD/21595.60822-00*exEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

8. Em decorrência do Novo Regime Fiscal, e em obediência à Instrução Normativa nº 01, de 2017, **serão inadmitidas emendas ao PLOA 2022** que, cumulativamente:
- 8.1. propuserem acréscimo de despesas primárias sem observância do correspondente limite individualizado a que se refere o art. 107, incisos I a V, do ADCT, e da compensação autorizada nos termos do §§ 7, 8 e 9 do mesmo artigo e da LDO; e
- 8.2. deixarem de indicar cancelamento compensatório de despesas primárias sujeitas ao NRF, no âmbito do mesmo Poder, no caso de emenda à programação de órgãos do Executivo, ou no âmbito do mesmo Órgão, nos demais casos, não podendo incidir sobre despesas obrigatórias.
9. Os recursos primários derivados de emendas individuais ou de emendas de bancada de execução obrigatória que forem inadmitidas, em razão do disposto no item anterior, serão remanejados para outras emendas de execução obrigatória do mesmo autor, a fim de que se preserve a isonomia na distribuição.
- 9.1. Os remanejamentos serão efetuados proporcionalmente ao valor das demais emendas de execução obrigatória, salvo indicação diversa do autor, podendo nesse caso resultar na aprovação de emenda com valor superior ao originalmente solicitado.
10. As solicitações de remanejamento de valores acolhidos entre emendas de um mesmo autor deverão observar os limites individualizados de despesas primárias de que trata a EC nº 95, de 2016.
11. Emendas que criem nova programação em relação ao PLOA deverão atender ao disposto no art. 41, III, da Resolução nº 1, de 2006-CN, que veda que uma única emenda atenda várias ações que devam ser objeto de proposições distintas.
12. Tratando-se de obras, deve-se atentar para o disposto no § 20 do art. 166 da Constituição, quanto à necessidade de concluir obra ou empreendimento iniciado pela bancada estadual (EC nº 100/2019).
13. Quanto à compatibilidade com o PPA 2020-2023, deve-se observar em especial se a programação da emenda ao PLOA encontra-se abrangida por algum programa do PPA; e se, tratando-se de projeto de grande vulto (acima de R\$ 50 milhões), se consta de crédito orçamentário específico.

II.2. DAS EMENDAS INDIVIDUAIS

14. O Comitê de Exame de Admissibilidade atuará de forma conjunta com as Relatorias Setoriais, de forma a incorporar ao seu Relatório de Atividades as propostas de parecer pela inadmissibilidade constantes dos respectivos Relatórios, conforme art. 70, III, "c", da Resolução nº 1/2006-CN.
15. Caso o autor decida pela identificação de entidade privada a ser beneficiada pela emenda individual, o nome deverá constar do subtítulo ou de campo da justificção.
16. O montante destinado às emendas individuais corresponde ao montante de execução obrigatória em 2021 corrigido pelo IPCA nos termos da Constituição.
- 16.1. O limite por mandato parlamentar para a apresentação de emendas individuais é de **R\$ 17.639.365,00**. Os recursos para atendimento constam das reservas do PLOA.



CD/21595.60822-00

*CD/21595.60822-00*
eXEdit

26



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

- 16.2. Cada parlamentar deve destinar ao menos a metade do valor de suas emendas individuais para ações e serviços públicos de saúde.
- 16.3. A emenda individual não poderá acrescentar recursos em programação destinada ao atendimento do serviço da dívida (RP 0) ou primária obrigatória (RP 1), salvo erro ou omissão comprovado.
- 16.4. As emendas individuais impositivas poderão alocar recursos aos entes subnacionais por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida, sendo vedada em ambos os casos a utilização para pagamento com pessoal e encargos sociais e encargos ao serviço da dívida. O limite de 70 % para despesas de capital, no caso das transferências especiais, será observado por Autor;
- 16.5. As emendas individuais impositivas que aloquem recursos a entes subnacionais por meio de transferência com finalidade definida somente poderão se destinar a áreas de competência constitucional da União (§ 4º do art. 166-A da CF)
- 16.6. As emendas destinadas às transferências especiais deverão ser incluídas na seguinte programação: UO 73101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia. Programação: 28.845.0903.0EC2.XXXX – Transferências Especiais.



CD/21595.60822-00

II.3. DAS EMENDAS COLETIVAS

17. As emendas coletivas devem observar os quantitativos constantes da Resolução nº 1/2006-CN e suas alterações.
18. Nos termos do § 1º do art. 44 dessa Resolução, poderão ser apresentadas, por comissão, até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.
19. O número de emendas por bancada é fixado pelo art. 47, § 1º, expresso na tabela do **Anexo I** deste Relatório.
20. A emenda de remanejamento, nos termos dos arts. 38, 45 e 48 da Resolução nº 1/2006-CN, permite acréscimos ou inclusões de dotações, que somente podem ser atendidas à conta de anulação equivalente de dotações constantes do projeto de lei que nela estejam indicadas (exceto reserva de contingência e dotações a que se referem os itens 4.1 a 4.4 deste Relatório – parte dispositiva), no âmbito do mesmo órgão e grupo de natureza de despesa, devendo-se observar a compatibilidade das fontes de recursos.
21. Duas ou mais emendas de remanejamento podem propor cancelamento na mesma programação, observado o montante da dotação que lhe tiver sido consignada no projeto.
22. Uma emenda de remanejamento pode propor cancelamento em mais de uma programação do projeto de lei.
23. As emendas coletivas não poderão ser apresentadas e aprovadas na modalidade de aplicação 99 (a definir).
24. A combinação do texto do subtítulo da emenda com a modalidade de aplicação não pode contrariar o art. 47, II, o qual veda que a designação genérica de programação possa resultar em transferências para mais de um ente da Federação ou mais de uma entidade privada.

*CD/21595.60822-00*
LexEdit

25





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

25. A restrição do art. 47, II, da Resolução nº 1/2006 quanto à realização de obras distintas deve ser observada independentemente da classificação da ação orçamentária (projeto, atividade ou operação especial).
26. As emendas coletivas não incidirão sobre programação destinada a despesa financeira ou primária obrigatória.
27. Aplicam-se aos consórcios públicos todas as restrições constantes da Resolução nº 1/2006-CN, **em especial a exigência de a emenda abranger uma única obra.**

II.4. DAS EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL

28. Cada bancada estadual poderá distribuir entre as emendas de sua autoria o montante de R\$ 212.873.920 com identificador RP-7 (vide Instrução Normativa CMO nº 02/2021), utilizando como fonte a respectiva reserva. Outros acréscimos na despesa por conta de emendas de bancada estadual deverão ser identificados com o RP 2. Uma mesma emenda poderá conter, ao mesmo tempo, recursos com RP7 e com RP2.
29. As emendas de remanejamento de bancada estadual somente poderão propor remanejamento de dotações no âmbito da mesma unidade da Federação, do mesmo órgão e do mesmo grupo de natureza de despesa (art. 48).
30. As modalidades de aplicação 30 (transferência à administração estadual), 40 (transferência à administração municipal), 71 (transferência a consórcios públicos) e 50 (transferência a entidades privadas) não poderão ser utilizadas na mesma emenda, em atendimento à parte final do inciso II do art. 47 da Resolução nº 1/2006-CN.
31. As emendas de bancada estadual deverão identificar de forma precisa o seu objeto (art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN), vedada a designação genérica de programação que possa:
 - 31.1. contemplar obras distintas; ou
 - 31.2. resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou mais de uma entidade privada
 - 31.3. demonstrar interesse estadual restrito ao respectivo território (art. 46 da Resolução nº 1/2006-CN)
32. Excepcionalmente é considerada atendida a exigência de interesse estadual de que trata o art. 46, no caso de entidades e unidades que tradicionalmente e de forma significativa prestem atendimento também a cidadãos de outros Estados, como ocorre com hospitais de referência situados em outras unidades da federação.
33. Para os fins do art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN, entende-se por designação genérica de programação o subtítulo, combinado com a modalidade de aplicação, que permita a execução de mais de uma obra ou transferências voluntárias para mais de um ente federativo ou mais de uma entidade privada.
34. Não se consideram obras distintas, para efeito da primeira parte do art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN, o complexo ou empreendimento com objeto preciso, determinado e identificado, caracterizado por um conjunto de obras fisicamente contíguas ou funcionalmente interdependentes, com localização definida e finalidade comum.



CD/21595.60822-00



*CD215956082200*exEdit



28



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

35. A restrição de designação genérica do art. 47, II, recai sobre a emenda quando a programação permitir a execução de obras. Porém, não atinge quando o subtítulo restringir o alcance apenas a aquisição de equipamentos e material permanente, nem quando o objeto for a execução de serviços. Em qualquer desses casos, no entanto, os recursos devem ser de aplicação direta ou, no caso de transferência, destinados a uma única unidade de federação ou entidade privada.
36. Considera-se delimitado o objeto e atendido o requisito da primeira parte do art. 47, II, quando a emenda designar, no subtítulo, um conjunto articulado de obras ou um empreendimento, que reflita um plano integrado de ações, no âmbito de um único município, região metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) favorecida.
37. A emenda deverá descrever, em sua justificação, o conjunto articulado de obras ou o empreendimento, indicando as partes e etapas que o compõem, e observará as restrições quanto a transferências para mais de um ente federativo ou mais de uma entidade privada, conforme art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN.
38. No caso de ser beneficiada uma região metropolitana ou uma RIDE, a modalidade de aplicação deverá ser 30 (transferência à administração estadual) ou 90 (aplicação direta pela União).
39. As emendas que destinem recursos a consórcios públicos, devem:
- 39.1. utilizar a modalidade de aplicação 71;
 - 39.2. observar todas as normas relativas às entidades públicas ou privadas, conforme a natureza do consórcio;
 - 39.3. conter a denominação do consórcio em seu subtítulo; e
 - 39.4. em sua justificação, conter a natureza do consórcio, denominação, objeto, área de atuação e os municípios que o integram.
40. A emenda de bancada estadual que destinar recursos a entidade privada deve identificar a beneficiária no subtítulo ou categoria de programação.
41. A partir da aprovação da EC nº 100, de 2019, em observância ao § 20 do art. 166 da Constituição, as emendas de bancada impositivas - programações com garantia de execução e de contingenciamento proporcional -, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento, salvo impedimentos de ordem técnica devidamente justificados. Não devem mais prevalecer, quanto às emendas de bancada impositivas apresentadas a partir de 2020, a alegação das exceções de que tratam os itens I (salvo se os recursos forem suficientes para concluir a obra), II e IV do § 2º do art. 47 da Resolução⁴⁹:

⁴⁹ Art. 47. (...)

§ 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se:

I - constem do projeto de lei orçamentária; ou

II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra;

III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou

IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.



CD/21595.60822-00



CD/21595.60822-00 LexEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

42. Cabe à bancada informar, na ata da reunião, o motivo da não repetição de emenda de bancada estadual impositiva determinado pelo § 20 do art. 166 da Constituição, em caso de a obra já estar concluída, ou de haver recursos suficientes para sua conclusão, ou no caso de comprovado impedimento técnico. Quanto às emendas de bancada estadual com RP-2, observar o disposto nos incisos art. 47, § 2º da Resolução.
43. A obrigação de repetir emenda não se aplica ao caso em que, no ano anterior, a emenda de bancada tenha alocado recursos para programação não relacionada a uma obra/projeto estruturante com objeto definido.
44. A justificação da emenda de bancada estadual deve conter informações relativas a custo, cronograma e financiamento necessárias à avaliação dos Relatores (art. 47, V, da Resolução). Todavia, a ausência ou a precariedade dessas informações não será considerada pelo Comitê para fins de inadmissão de emenda. Caso a Relatoria Setorial entenda necessário, previamente ao exame do mérito de determinada emenda, poderá solicitar diretamente ao autor a apresentação de tais informações, ou sua complementação. Não sendo atendido, poderá propor a inadmissibilidade da emenda no demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c, da Resolução nº 1, de 2006-CN¹.

II.5. DAS EMENDAS DE COMISSÃO

45. A emenda de comissão deverá cumulativamente:
 - 45.1. ter caráter institucional, entendido como tal a compatibilidade da ação proposta com suas competências regimentais;
 - 45.2. representar interesse nacional, que se refere ao alcance dos benefícios decorrentes da ação proposta, devidamente demonstrado na justificação;
 - 45.3. conter, na sua justificação, elementos, critérios e fórmulas que determinem a aplicação dos recursos, em função da população beneficiada pela respectiva política pública, quando se tratar de transferências voluntárias de interesse nacional, de acordo com lei ou ato normativo vigente, devidamente identificado pelo autor.
46. No caso de emenda de remanejamento de comissão, tendo em vista a norma específica contida no art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN, não se exige que acréscimos e cancelamentos ocorram no âmbito da mesma unidade da federação.
47. É vedada a destinação de recursos a entidades privadas, salvo se a emenda contemplar programação que, no projeto de lei, contenha modalidade de aplicação 50 (transferência a entidades privadas).
48. À emenda de comissão que contemple programação constante do projeto de lei não se aplicam as restrições previstas no art. 47, II a V, da Resolução nº 1/2006-CN, em virtude da ressalva contida na parte final do art. 44, II.
49. Aplicam-se às emendas de comissão que criem nova programação em relação ao PLOA as mesmas restrições aplicáveis às emendas de bancada estadual, contidas no art. 47, incisos II a V, da Resolução nº 1/2006-CN.



CD/21595.60822-00



*CD215956082200*exEdit



30



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

- 49.1. O disposto neste item não se aplica à emenda de comissão que destinar recursos a transferências voluntárias de interesse nacional e que apresente, na sua justificação, elementos, critérios e fórmulas que determinem a aplicação dos recursos, em função da população beneficiada pela respectiva política pública, de acordo com lei ou ato normativo vigente, devidamente identificado pelo autor (art. 44, III).
50. Os acréscimos e cancelamentos constantes de emenda de comissão de remanejamento deverão, nos termos do art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN:
- 50.1. ser compatíveis com as competências regimentais da comissão;
- 50.2. incidir sobre o mesmo órgão e o mesmo grupo de natureza de despesa; e
- 50.3. observar a compatibilidade das fontes de recursos.



CD/21595.60822-00

II.5. DAS EMENDAS DE RELATOR

51. De acordo com o art. 144 da Resolução nº 1, de 2006-CN, Art. 144. Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de:
- I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;
- II - recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto;
- III - atender às especificações dos Pareceres Preliminares.
52. É vedada a apresentação de emendas que tenham por objetivo a inclusão de programação nova, bem como o acréscimo de valores a programações constantes dos projetos, ressalvado a comprovação da existência de erro ou omissões e o disposto no Parecer Preliminar.

Brasília, de outubro de 2021.

Coordenador do CAE

Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE PLOA 2022

Câmara dos Deputados	Partido/UF
Deputado Arnaldo Jardim (Coordenador)	CIDADANIA/SP
Deputado Jhonatan de Jesus	REPUBLICANOS/RR
Deputado Eduardo Costa	PTB/PA

29



CD215956082200 LexEdit





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

31

Dep. Charles Evangelista	PSL/MG
Deputado Mário Negromonte Jr	PP/BA
Deputado Zé Carlos	PT/MA
Deputada Caroline de Toni	PSL/SC

Senado Federal	Partido/UF
Senador Esperidião Amin	PP/SC
Senador Roberto Rocha	PSDB/MA
Senador Alessandro Vieira	CIDADANIA/SE

CD/21595.60822-00

CD215956082200 LexEdit

30



32



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

Anexo 1 – QUANTITATIVO DE EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (art. 47, § 1º, da Res. nº 1, de 2006-CN)

NOME DA BANCADA	UF	CÓDIGO	EMENDAS DE REMANEJAMENTO	EMENDAS DE APROPRIAÇÃO
BANCADA DO ACRE	AC	7102	3	15
BANCADA DE ALAGOAS	AL	7103	3	15
BANCADA DO AMAZONAS	AM	7104	3	15
BANCADA DO AMAPA	AP	7105	3	15
BANCADA DA BAHIA	BA	7106	3	18
BANCADA DO CEARA	CE	7107	3	16
BANCADA DO DISTRITO FEDERAL	DF	7108	3	15
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	ES	7109	3	15
BANCADA DE GOIAS	GO	7110	3	15
BANCADA DO MARANHÃO	MA	7111	3	16
BANCADA DE MINAS GERAIS	MG	7114	3	19
BANCADA DO MATO GROSSO SUL	MS	7113	3	15
BANCADA DO MATO GROSSO	MT	7112	3	15
BANCADA DO PARA	PA	7115	3	15
BANCADA DA PARAIBA	PB	7116	3	15
BANCADA DE PERNAMBUCO	PE	7118	3	16
BANCADA DO PIAUI	PI	7119	3	15
BANCADA DO PARANÁ	PR	7117	3	17
BANCADA DO RIO DE JANEIRO	RJ	7120	3	18
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	7121	3	15
BANCADA DE RONDONIA	RO	7123	3	15
BANCADA DE RORAIMA	RR	7124	3	15
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	RS	7122	3	17
BANCADA DE SANTA CATARINA	SC	7126	3	15
BANCADA DE SERGIPE	SE	7127	3	15
BANCADA DE SÃO PAULO	SP	7125	3	20
BANCADA DE TOCANTINS	TO	7128	3	15



CD/21595.60822-00



CD/21595.6082200





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

33

Anexo 2 - EMENDAS DE BANCADA (RP 7) /UF QUE DEVEM SER REPETIDAS

(Emendas a partir de 2020 – art. 166, § 20 da CF; Emendas apresentadas em anos anteriores – Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §§ 2º e 3º)

Obs. Emendas de bancada que devem ser repetidas. O levantamento efetuado considera tão somente as programações que especificam e descrevem no título/subtítulo orçamentário a obra/empreendimento.

https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/comites/2021/cae/loa/Rel_emendas.pdf - Relatório de apoio às bancadas estaduais para verificação da necessidade de repetir emenda



CD/21595.60822-00



CD215956082200 LexEdit

32





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

Anexo 3 - QUADRO-SÍNTESE - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DO CAE

TIPO DE EMENDA	REQUISITOS GERAIS (obs. vide ainda IN 1/2017 – CMO)	OBJETO DA EMENDA		Modalidade de aplicação (Executor – 30 Estados, 40 – Municípios, 50 – Entidade Privada, 71 – Consórcio)	Observações
		Contempla Obra (empreendimento)	Não contempla obra		
Individual	- Até 25 emendas por Autor. - Valor total fixado pela EC nº 95 – Montante de execução obrigatória R\$ 17.639.365/Autor. - Compatibilidade com normas constitucionais/legais (PPA/LDO).	- Recursos suficientes para a conclusão da obra ou da etapa de execução. - Se transferência especial, vide especificidades art. 166-A da CF (mínimo 70% GND4 por Autor).		- Possibilidade de uso da MA “99”. - Se entidade privada – pode ser identificada no subtítulo ou na Justificação da emenda. - Transf. Especial não admite 50 e 71.	No caso de entidade privada, ver compatibilidade com a legislação vigente (em especial, Lei 13.019/2014); Fonte de cancelamento - Reserva.
Bancada Estadual	15 - 20 emendas de apropriação e até 3 emendas de remanejamento. - Dentre as emendas de apropriação: Até R\$ 212.873.920 / bancada, com RP 7 (impositivas). - O restante deve apontar o indicador RP2 (não impositivas). - Interesse estadual. - Ata da reunião. - Identificação precisa do objeto. - Compatibilidade com normas constitucionais e legais (PPA e LDO).	- Emenda deve contemplar única obra (ou empreendimento). Empreendimento é um conjunto de obras fisicamente contíguas e funcionalmente interdependentes. - Compreende ainda um plano integrado de ações executadas em um único município, Região Metropolitana ou RIDE.	- GND 3. - Se for GND 4, especificar (equipamento, material permanente, serviços) no subtítulo. - Se reforma, grafar no subtítulo.	Único órgão executor - Não pode resultar, na execução, em transferências para mais de um ente da federação. Vedado MA 99 (art. 47, II). - Se entidade privada – única e identificada no subtítulo. OBS. Tratando-se de atividade ou operação especial que não se refira a obras, apenas MA 30 ou 90 (art. 47, IV).	- Justificação - custo, cronograma e financiamento (vide Parte Dispositiva). - Projetos já contemplados por emendas devem ser repetidos (vide EC nº 100/19 e art. 47, § 2º Res. 1/2006-CN). - Emenda de remanejamento – mesma UF, órgão e GND e compatibilidade de fontes de recursos. Necessidade de indicar cancelamento em observância à EC nº 95.
Comissão	4 Emendas de apropriação e 4 de remanejamento. - Emendas acompanhadas da ata da reunião. - Caráter institucional e interesse nacional, observada ainda a competência regimental. - Compatibilidade com as normas constitucionais e legais (PPA e LDO).	Além da identificação do objeto, as emendas da comissão devem ser compatíveis com as atribuições da Comissão.	Equipamento e/ou Material Permanente (ou Reforma (GND 3), no subtítulo.	Único órgão executor - Não pode resultar, na execução, em transferências para mais de um ente da federação, exceto: - Se a programação já consta do PL; ou - Se houver legislação com critérios e fórmulas da distribuição de recursos. Vedado MA 99 (execução a definir). Entidade privada - vedada, salvo se contemplar programação do projeto (MA 50).	- Justificação deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento ou estar constante no PLOA (vide Parte Dispositiva). - Emenda de remanejamento – mesmo órgão, GND e compatibilidade de fontes de recursos. Necessidade de indicar cancelamento em observância à EC nº 95.

Obs.: (1) Emenda para **consórcio** - a denominação deve constar do subtítulo; a justificação da emenda conterá a natureza (pública ou privada) do consórcio, denominação, objeto, área de atuação e os municípios que o integram.

33



CD/21595.60822-00





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

35

Relatório do Congresso Nacional (Do Sr. Arnaldo Jardim)

Estima a receita e fixa a despesa
da União para o exercício financeiro de
2022.

Assinaram eletronicamente o documento CD215956082200, nesta ordem:

- 1 Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)
- 2 Dep. Jhonatan de Jesus (REPUBLIC/RR)
- 3 Dep. Eduardo Costa (PTB/PA)
- 4 Dep. Caroline de Toni (PSL/SC)



CD/21595.60822-00





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

Dep. Charles Evangelista	PSL/MG
Deputado Mário Negromonte Jr	PP/BA
Deputado Zé Carlos	PT/MA
Deputada Caroline de Toni	PSL/SC

Senado Federal	Partido/UF
*Senador Esperidião Amin	PP/SC
Senador Roberto Rocha	PSDB/MA
Senador Alessandro Vieira	CIDADANIA/SE



SF/21565.32250-67

* Assinatura eletrônica do Senador Esperidião Amin ao Relatório do CAE





COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

37

II.5. DAS EMENDAS DE RELATOR

51. De acordo com o art. 144 da Resolução nº 1, de 2006-CN, Art. 144. Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de:
- I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;
 - II - recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto;
 - III - atender às especificações dos Pareceres Preliminares.
52. É vedada a apresentação de emendas que tenham por objetivo a inclusão de programação nova, bem como o acréscimo de valores a programações constantes dos projetos, ressalvado a comprovação da existência de erro ou omissões e o disposto no Parecer Preliminar.

SF/21131.84922-21

Brasília, de outubro de 2021.

Coordenador do CAE

Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE PLOA 2022

Câmara dos Deputados	Partido/UF
Deputado Arnaldo Jardim (Coordenador)	CIDADANIA/SP
Deputado Jhonatan de Jesus	REPUBLICANOS/RR
Deputado Eduardo Costa	PTB/PA
Dep. Charles Evangelista	PSL/MG
Deputado Mário Negromonte Jr	PP/BA
Deputado Zé Carlos	PT/MA
Deputada Caroline de Toni	PSL/SC
Senado Federal	Partido/UF
Senador Esperidião Amin	PP/SC
Senador Roberto Rocha	PSDB/MA
*Senador Alessandro Vieira	CIDADANIA/SE

* Assinatura eletrônica do Senador Alessandro Vieira ao Relatório do CAE

33



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DA BAHIA

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Índica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DA BAHIA	71060003 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XJ7 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM FEIRA DE SANTANA - NA BR-116/BA	0029 - NO ESTADO DA BAHIA	11.909.701	888.784	888.784	888.784
BANCADA DA BAHIA	71060005 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	14UB - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	1964 - NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS - BA	3.013.986	3.013.986	3.013.986	89.899
BANCADA DA BAHIA	71060006 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	14UB - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	1964 - NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS - BA	4.443.918	444.391	444.391	444.391
BANCADA DA BAHIA	71060012 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	12IW - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ILHEUS - ITABUNA - NA BR-415/BA	0029 - NO ESTADO DA BAHIA	13.287.316	1.000.000	1.000.000	1.000.000

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 2º e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DA PARAIBA

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DA PARAIBA	71160002 - 2018	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	15DX - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO PIANCO NA REGIÃO NORDESTE	0025 - CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO PIANCO NA REGIAO NORDESTE - NO ESTADO DA PARAIBA	23.446.494	23.446.494	23.446.494	23.446.494
BANCADA DA PARAIBA	71160002 - 2019	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	15DX - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO PIANCO NA REGIÃO NORDESTE	0020 - NA REGIÃO NORDESTE	30.000.000	30.000.000	29.382.976	29.382.976
BANCADA DA PARAIBA	71160003 - 2019	—	30000/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7	8855 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	6501 - NO ESTADO DA PARAIBA (CONSTRUCAO DE UNIDADE FUNCIONAL DO CICC - EM JOÃO PESSOA - PB)		10.000.000	6.507.805	6.507.805
BANCADA DA PARAIBA	71160004 - 2019	MSG PRES	26000/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7	7XE3 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO SERTÃO (HUS)	1388 - NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000
BANCADA DA PARAIBA	71160005 - 2020	—	54000/MINISTÉRIO DO TURISMO	7	10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	7002 - CONSTRUCAO DO CENTRO DE CONVENCÕES DE CAMPINA GRANDE - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB	20.387.877	15.278.896	15.278.896	15.278.896
BANCADA DA PARAIBA	71160005 - 2021	—	54000/MINISTÉRIO DO TURISMO	7	10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	7019 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA - CONSTRUCAO DO CENTRO DE CONVENCÕES - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB	20.720.392	20.720.392	20.720.392	
BANCADA DA PARAIBA	71160006 - 2021	MSG PRES	38000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	14UB - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	1476 - NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB	3.360.064	3.360.064	3.360.064	
BANCADA DA PARAIBA	71160007 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	15DX - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO PIANCO NA REGIÃO NORDESTE	0020 - NA REGIÃO NORDESTE	12.410.012	10.410.012	10.410.012	10.410.012
BANCADA DA PARAIBA	71160014 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	14UB - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	1476 - NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB	4.432.147	4.204.947	4.204.947	4.204.947

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE ALAGOAS

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE ALAGOAS	71030006 - 2019	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7U07 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - COLÔNIA LEOPOLDINA - IBATEGUARA - NA BR-416/AL	0027 - NO ESTADO DE ALAGOAS	14.135.710	14.135.710	14.135.710	14.135.710

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE MINAS GERAIS

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE MINAS GERAIS	71140013 - 2019	MSG PRES	53000MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	5308 - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM JEQUITAI NO ESTADO DE MINAS GERAIS	2747 - NO MUNICÍPIO DE JEQUITAI - MG	20.000.000	20.000.000	19.968.309	19.968.309
BANCADA DE MINAS GERAIS	71140014 - 2019	—	81000MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	7	14XS - CONSTRUÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES NAS REGIÕES DE FRONTEIRA SECA	7000 - CONSTRUCAO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE ATENDIMENTO AS MULHERES NAS REGIOES DE FRONTEIRA SECA - NA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º: I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 2º e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
- 2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE PERNAMBUCO

Autor	Emenda (Número/Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE PERNAMBUCO	71180001 - 2017	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	10F6 - IMPLANTAÇÃO DA ADUTORA DO AGRESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	0020 - NA REGIÃO NORDESTE		164.600.000	126.349.277	126.349.277
BANCADA DE PERNAMBUCO	71180001 - 2019	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	14RL - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS	6500 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DA BARRAGEM DE GATOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO)		9.963.183	9.963.183	9.963.183
BANCADA DE PERNAMBUCO	71180001 - 2021	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	14RL - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS	7001 - IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DA BARRAGEM DE GATOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	20.225.934	20.225.934	19.668.021	
BANCADA DE PERNAMBUCO	71180002 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	14UB - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE REGIONAL	1624 - NO MUNICÍPIO DE FERNANDO DE NORONHA - PE	9.632.183	9.632.183	9.632.183	
BANCADA DE PERNAMBUCO	71180004 - 2021	—	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7039 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - IMPLANTACAO DO ANEL VIARIO DA RODOVIA DA PE-33, NA REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE - PE	12.320.234	12.320.234	12.320.234	
BANCADA DE PERNAMBUCO	71180007 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7X42 - ADEQUAÇÃO DA TRAVESSIA URBANA DE PETROLINA NAS BR'S-407/428/PE	1689 - NO MUNICÍPIO DE PETROLINA - PE	12.320.234	12.320.234	12.320.234	

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)

1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);

2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.

RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.

§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 2º e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE RONDONIA

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE RONDONIA	71230001 - 2018	—	39000/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7X99 - MANUTENÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - VILHENA - PORTO VELHO - NA BR-364/RO	0011 - MANUTENCAO DE TRECHO RODOVIARIO - VILHENA - PORTO VELHO - NA BR-364/RO - NO ESTADO DE RONDONIA	84.000.000	84.000.000	84.000.000	84.000.000
BANCADA DE RONDONIA	71230003 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XM7 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO VELHO - VILHENA - NA BR-364/RO	0011 - CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PORTO VELHO - VILHENA - NA BR-364/RO - NO ESTADO DE RONDONIA	45.865.953	45.865.953	4.484.261	211.521
BANCADA DE RONDONIA	71230008 - 2021	—	52000/MINISTÉRIO DA DEFESA	7	1211 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE	7017 - IMPLEMENTACAO DE INFRAESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE - CONSTRUCAO DO TERMINAL RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	12.320.239	12.320.239	11.827.429	
BANCADA DE RONDONIA	71230009 - 2020	—	30000/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7	21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO, E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE	6500 - DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS DE SEGURANCA PUBLICA, PREVENCAO, E ENFRENTAMENTO A CRIMINALIDADE - NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO (CONSTRUCAO DA CENTRAL DE FLAGRANTES DA POLICIA CIVIL)		3.988.932	3.988.932	3.988.932
BANCADA DE RONDONIA	71230011 - 2019	—	22000/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	7	20ZV - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	7492 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO EM ESTRADA VICINAL NA LINHA 45 - TRECHO SÃO FELIPE D'OESTE/ SANTA LUZIA D'OESTE - NO ESTADO DE RONDONIA	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
BANCADA DE RONDONIA	71230012 - 2019	—	30000/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7	8855 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	7004 - CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL DA POLICIA CIVIL - NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	20.000.000	20.000.000	15.014.036	15.014.036
BANCADA DE RONDONIA	71230013 - 2020	—	30000/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7	21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO, E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE	7051 - CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA POLICIA CIVIL NO MUNICIPIO DE CACOAL - RO	8.864.293	8.864.293	8.864.293	8.864.293

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE SANTA CATARINA

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE SANTA CATARINA	71260007 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XJ5 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODoviÁRIO - FLORIANÓPOLIS - SÃO MIGUEL DO OESTE - NA BR-282/SC	0042 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	3.360.064	3.360.064	3.360.064	
BANCADA DE SANTA CATARINA	71260009 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XJ5 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODoviÁRIO - FLORIANÓPOLIS - SÃO MIGUEL DO OESTE - NA BR-282/SC	0042 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	28.365.740	28.365.740	28.365.740	28.365.740

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE SAO PAULO

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE SAO PAULO	71250001 - 2017	MSG PRES	56000/MINISTÉRIO DAS CIDADES	7	10SS - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO	6500 - NO ESTADO DE SAO PAULO (AQUISICAO DE MATERIAL RODANTE PARA AS LINHAS DA CPTM)		174.686.555	107.755.547	107.755.547

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DE SERGIPE

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DE SERGIPE	71270006 - 2020	—	26000/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7	8282 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	7026 - CONSTRUCAO DO CAMPUS DO SERTAO - NO ESTADO DE SERGIPE	6.293.649	6.293.649	6.293.649	6.293.649
BANCADA DE SERGIPE	71270013 - 2019	—	26000/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7	8282 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	7160 - CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DO SERTÃO - NO ESTADO DO SERGIPE	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO ACRE

Autor	Emenda (Número/Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO ACRE	71020001 - 2018	—	39000/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7XB4 - MANUTENÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO AC-339 (SENA MADUREIRA) - ENTRONCAMENTO AC-186 (BOM FUTURO/RIO LIBERDADE) - NA BR-364/AC	0012 - MANUTENCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO AC-339 (SENA MADUREIRA) - ENTRONCAMENTO AC-186 (BOM FUTURO/RIO LIBERDADE) - NA BR-364/AC - NO ESTADO DO ACRE	99.746.494	99.746.494	99.746.494	99.746.494
BANCADA DO ACRE	71020005 - 2019	—	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	20VK - MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO NORTE	7000 - TRECHO RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL - NA BR-364/AC - NO ESTADO DO ACRE	50.000.000	50.000.000	49.999.846	49.999.846
BANCADA DO ACRE	71020013 - 2021	MSG PRES	52000/MINISTÉRIO DA DEFESA	7	7XM8 - IMPLANTAÇÃO DE AERÓDROMO EM SANTA ROSA DO PURUS/AC	0168 - IMPLANTACAO DE AERODROMO EM SANTA ROSA DO PURUS/AC - NO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS - AC	6.720.127	6.720.127	2.603.018	633.801

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO AMAPA

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Substituto (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO AMAPA	71050001 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	13YK - CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - LARANJAL DO JARI - ENTRONCAMENTO BR-210/ AP-030 - NA BR-156/AP	0016 - CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - LARANJAL DO JARI - ENTRONCAMENTO BR-210/AP-030 - NA BR-156/AP - NO ESTADO DO AMAPA		15.000.000	3.000.000	3.000.000
BANCADA DO AMAPA	71050001 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	1418 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA COM A GUIANA FRANCESA) - NA BR-156/AP	0016 - NO ESTADO DO AMAPÁ	44.321.467	21.321.467	21.321.467	21.321.467
BANCADA DO AMAPA	71050002 - 2019	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7X45 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO - IGARAPÉ DO ARROMBADO (KM 659,7 AO KM 769,8) - NA BR-156/AP	0016 - NO ESTADO DO AMAPÁ	23.500.000	23.500.000	23.500.000	23.500.000

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO AMAZONAS

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO AMAZONAS	71040010 - 2020	—	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	20UC - ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	7001 - ESTUDOS E PROJETOS PARA A CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - KM 250 - KM 656 - NA BR- 319/AM	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
BANCADA DO AMAZONAS	71040015 - 2020	MSG PRES	54000/MINISTÉRIO DO TURISMO	7	10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	7000 - CONSTRUCAO DO MUSEU DOS BOIS BUMBA EM PARINTINS - AM.	12.500.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO DISTRITO FEDERAL

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO DISTRITO FEDERAL	71080012 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	1D73 - APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	7004 - AVENIDA HELIO PRATES - NO DISTRITO FEDERAL	22.160.734	12.160.734	12.160.734	12.160.734

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO ESPÍRITO SANTO

Autor	Emenda (Número/Ano)	Lista da Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	71090001 - 2019	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7U06 - CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO TERMINAL PORTUÁRIO DE CAPUABA - NA BR-447/ES	0032 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		54.000.000	54.000.000	54.000.000
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	71090002 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7U06 - CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO TERMINAL PORTUÁRIO DE CAPUABA - NA BR-447/ES	0032 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	56.001.061	56.001.061	44.310.118	
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	71090005 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7S51 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO (CONTORNO DE MESTRE ÁLVARO) EM SERRA - NA BR-101/ES	0032 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	53.185.760	53.185.760	53.185.760	53.185.760
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	71090005 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7S51 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO (CONTORNO DE MESTRE ÁLVARO) EM SERRA - NA BR-101/ES	3265 - NO MUNICÍPIO DE SERRA - ES	56.001.061	56.001.061	55.900.563	3.854.760
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	71090008 - 2017	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	109H - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS	7024 - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO RIO JUCU NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	100.000.000	100.000.000	59.506.399	59.506.399
BANCADA DO ESPÍRITO SANTO	71090011 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7U06 - CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO TERMINAL PORTUÁRIO DE CAPUABA - NA BR-447/ES	0032 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	17.728.587	17.728.587	17.728.587	17.728.587

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO MARANHÃO

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO MARANHÃO	71110001 - 2017	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7W84 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO ESTIVA - ENTRONCAMENTO BR-222 (MIRANDA DO NORTE) NA BR-135/MA	0021 - NO ESTADO DO MARANHÃO	164.686.555	164.686.555	101.587.039	101.587.039
BANCADA DO MARANHÃO	71110001 - 2020	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7W84 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO ESTIVA - ENTRONCAMENTO BR-222 (MIRANDA DO NORTE) NA BR-135/MA	0021 - NO ESTADO DO MARANHÃO		22.160.734	22.160.734	22.160.734
BANCADA DO MARANHÃO	71110001 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	13X5 - ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM IMPERATRIZ - NA BR-010/MA	0638 - NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA	7.000.000	7.000.000	7.000.000	2.270.968
BANCADA DO MARANHÃO	71110002 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7W84 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO ESTIVA - ENTRONCAMENTO BR-222 (MIRANDA DO NORTE) NA BR-135/MA	0021 - NO ESTADO DO MARANHÃO	9.000.000	9.000.000	9.000.000	
BANCADA DO MARANHÃO	71110003 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XJ9 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PI/MA - DIVISA MA/TO - NA BR-226/MA	0021 - NO ESTADO DO MARANHÃO	6.710.468	6.710.468	6.710.468	
BANCADA DO MARANHÃO	71110005 - 2020	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XJ9 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PI/MA - DIVISA MA/TO - NA BR-226/MA	0021 - NO ESTADO DO MARANHÃO	8.864.293	8.864.293	8.864.293	8.864.293

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º: I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO MATO GROSSO

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO MATO GROSSO	71120009 - 2020	MSG PRES	53000MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7014 - PAVIMENTAÇÃO DA MT-325 - NO ESTADO DE MATO GROSSO	10.435.691	10.435.691	10.435.691	10.435.691

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º: I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Substituto (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130001 - 2017	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7557 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-163 (RIO VERDE DE MATO GROSSO) - ENTRONCAMENTO BR-262 (AQUIDAUANA) - NA BR-419/MS	0054 - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	112.300.000	112.300.000	91.539.896	91.539.896
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130002 - 2017	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	7W59 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SUL-FRONTEIRA	7000 - TRECHO PONTA PORÁ/MUNDO NOVO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	112.300.000	112.300.000	47.058.193	47.058.193
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130002 - 2018	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	7W59 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SUL-FRONTEIRA	RODOVIA MS165, TRECHO: CORONEL SAPUCAIA - PARANHOS, SUBTRECHO: KM 33,00 (ALDEIA 7 CERROS) - KM 84,10 (PARANHOS) - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	56.873.247	56.873.247	56.873.247	56.873.247
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130010 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7X34 - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM TRÊS LAGOAS - NAS BRS 262/158/MS	5275 - NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS - MS	16.000.000	16.000.000	16.000.000	
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130011 - 2020	—	30000/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7	21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO, E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE	7063 - IMPLANTACAO DO CENTRO DE TREINAMENTO EM SEGURANCA PUBLICA - NO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS	8.864.293	8.864.293	8.864.293	8.864.293
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130013 - 2020	—	26000/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7	20RX - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS	6554 - REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DOS HOSPITAIS UNIVERSITARIOS FEDERAIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (CONSTRUCAO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DA MULHER E DA CRIANÇA)		8.864.293	8.547.497	8.547.497
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130013 - 2021	—	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7W59 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SUL-FRONTEIRA	RODOVIA MS165, TRECHO: CORONEL SAPUCAIA - PARANHOS, SUBTRECHO: KM 33,00 (ALDEIA 7 CERROS) - KM 84,10 (PARANHOS) - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	78.401.485	78.401.485	78.401.485	
BANCADA DO MATO GROSSO DO SUL	71130015 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	14UB - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	7000 - CONSTRUCAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS - NO MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	4.432.147	4.432.147	4.432.147	4.432.147

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO PARA

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Substituto (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO PARA	71150003 - 2017	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7W07 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CASTANHAL - SANTA MARIA DO PARÁ - TREVO DE SALINÓPOLIS - DIVISA PA/MA - NA BR-316/PA	0015 - NO ESTADO DO PARÁ	112.343.277	112.343.277	69.299.043	69.299.043
BANCADA DO PARA	71150007 - 2019	—	36000MINISTÉRIO DA SAUDE	7	8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE	9072 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE ATENDIMENTO A MULHER - BELEM - PA	52.000.000	52.000.000	51.999.614	51.999.614
BANCADA DO PARA	71150007 - 2021	MSG PRES	38000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7XN6 - MANUTENÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SANTANA DO ARAGUAIA - REDENÇÃO - NA BR-158/PA	0015 - MANUTENCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SANTANA DO ARAGUAIA - REDENÇÃO - NA BR-158/PA - NO ESTADO DO PARA	2.240.042	2.240.042	2.240.042	

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO PIAUI

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Índice dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO PIAUI	71190004 - 2019	—	26000/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7	0048 - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS	7486 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI) - AMPLIAÇÃO DO CAMPUS TORQUATO NETO EM TERESINA - NO ESTADO DO PIAUÍ	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
BANCADA DO PIAUI	71190004 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7X75 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - FIM DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO - ESTÁDIO MUNICIPAL (DEMERVAL LOBÃO) - NA BR-316/PI	0022 - NO ESTADO DO PIAUÍ	16.886.890	16.886.890	16.886.890	16.886.890
BANCADA DO PIAUI	71190005 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7023 - RESTAURACAO DA ESTRADA ESTADUAL DO ENTRONCAMENTO DA BR-343 / SEBASTIAO LEAL / URUCUI RIBEIRO GONCALVES ATE BAIXA GRANDE RIBEIRO - PI	16.886.890	16.886.890	16.886.890	16.886.890
BANCADA DO PIAUI	71190005 - 2021	—	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7046 - IMPLANTACAO E PAVIMENTACAO ASFALTICA DA RODOVIA PI-392, COMPREENDENDO O TRECHO ENTRE O ENTRONCAMENTO DA PI-307 (TRANSCERRADO) ATE O KM 110 - NO ESTADO DO PIAUÍ	1.120.021	1.120.021	1.120.021	
BANCADA DO PIAUI	71190006 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7024 - RESTAURACAO DA ESTRADA ESTADUAL TRECHO PI-130 EM TERESINA / AMARANTE - NO ESTADO DO PIAUÍ	8.864.293	8.864.293	8.864.293	8.864.293
BANCADA DO PIAUI	71190007 - 2018	—	39000/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7X76 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ELISEU MARTINS - DIVISA PI/BA - NA BR-135/PI	0022 - ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - ELISEU MARTINS - DIVISA PI/BA - NA BR-135/PI - NO ESTADO DO PIAUÍ	40.946.494	40.946.494	40.946.494	40.946.494
BANCADA DO PIAUI	71190007 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7025 - RESTAURACAO DA ESTRADA ESTADUAL TRECHO PI-140 EM FLORIANO / SAO RAMUNDO NONATO - NO ESTADO DO PIAUÍ	16.886.890	16.886.890	16.886.890	16.886.890
BANCADA DO PIAUI	71190008 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7026 - RESTAURACAO DA ESTRADA ESTADUAL TRECHO PI-112 EM TERESINA / PORTO - NO ESTADO DO PIAUÍ	16.886.890	16.886.890	16.886.890	16.886.890
BANCADA DO PIAUI	71190009 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7027 - CONSTRUCAO DA ESTRADA ESTADUAL TRECHO PI-213 EM ESPERANTINA-PI / CARAUBAS-PI - NO ESTADO DO PIAUÍ	11.080.367	11.080.367	11.080.367	11.080.367

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)

1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);

2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.

RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.

§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO PIAUI

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO PIAUI	71190010 - 2020	MSG PRES	54000MINISTÉRIO DO TURISMO	7	10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	7001 - PAVIMENTACAO DO TRECHO - BURITI DOS MONTES A CACHOEIRA DA LEMBRADA - CANYON DO RIO POTY - NO ESTADO DO PIAU	16.886.889	16.886.889	16.886.889	16.886.889
BANCADA DO PIAUI	71190011 - 2020	MSG PRES	53000MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K86 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO	7028 - RESTAURACAO DA ESTRADA ESTADUAL TRECHO PI-141 EM SAO JOAO DO PIAUI / ENTRONCAMENTO PI-140 - NO ESTADO DO PIAU	8.864.293	8.864.293	8.864.293	8.864.293

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º: I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO RIO DE JANEIRO

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO RIO DE JANEIRO	71200001 - 2019	MSG PRES	26000/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	7	7XE1 - RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO MUSEU NACIONAL	0033 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	55.000.000	55.000.000	54.999.445	54.999.445

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210001 - 2017	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	10DC - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	112.343.277	112.343.277	80.221.725	80.221.725
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210001 - 2018	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	7	10DC - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	0024 - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	56.873.247	56.873.247	56.873.247	56.873.247
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210001 - 2020	—	36000/MINISTÉRIO DA SAÚDE	7	8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	7080 - REFORMA, EQUIPAMENTOS E AMPLIACAO DO HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA - MOSSORO - RN	14.635.304	11.635.304	11.621.836	11.621.836
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210002 - 2017	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7W70 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO RODOVIÁRIO NOS MUNICÍPIOS DE NATAL E PARNAMIRIM - NA BR-101-RN	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	112.343.277	112.343.277	55.439.236	55.439.236
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210002 - 2018	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7W70 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO RODOVIÁRIO NOS MUNICÍPIOS DE NATAL E PARNAMIRIM - NA BR-101-RN	0024 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO RODOVIÁRIO NOS MUNICÍPIOS DE NATAL E PARNAMIRIM - NA BR-101-RN - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	56.873.247	56.873.247	56.873.247	56.873.247
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210007 - 2021	—	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	10DC - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	18.029.389	16.097.363	14.165.297	
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210008 - 2020	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	10DC - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	14.635.304	14.635.304	14.635.304	14.635.304
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210010 - 2019	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	10DC - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210010 - 2020	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7S75 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-226 - ENTRONCAMENTO BR-101 (RETA TABAJARA) - NA BR-304/RN	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	29.270.608	29.270.608	29.270.608	29.270.608

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)

1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);

2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.

RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.

§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210011 - 2019	MSG PRES	53000/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	5900 - INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DOS RIOS JAGUARIBE, PIRANHAS-AÇU E APODI (EIXO NORTE)	0024 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE	71210014 - 2019	MSG PRES	54000/MINISTÉRIO DO TURISMO	7	10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	7352 - CONSTRUÇÃO DO NOVO MERCADO MUNICIPAL DA REDINHA - NATAL - RN	24.628.521	24.628.521	24.628.521	24.628.521

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENHIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 2º e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Substituto (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220001 - 2018	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	7	7X77 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - GUAIBA - PELOTAS - NA BR-116/RS	0043 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - GUAIBA - PELOTAS - NA BR-116/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	56.873.247	113.746.494	113.746.407	113.746.407
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220001 - 2019	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7L04 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - PELOTAS - NA BR-116/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	30.000.000	30.000.000	29.999.584	29.999.584
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220001 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	1214 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - RIO GRANDE - PELOTAS - NA BR-392/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	5.600.106	5.600.106	5.102.576	3.301.268
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220002 - 2019	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	123U - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-116 (PIGUAIBA) - ENTRONCAMENTO BR-471 (PÂNTANO GRANDE) - NA BR-290/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220003 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	123U - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-116 (PIGUAIBA) - ENTRONCAMENTO BR-471 (PÂNTANO GRANDE) - NA BR-290/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	179.728	179.728	12.824	
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220004 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7L04 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - PELOTAS - NA BR-116/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	22.400.424	22.400.424	6.385.145	830.079
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220005 - 2021	—	53000MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7051 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - PAVIMENTACAO DA RS 305 ENTRE HORIZONTINA E CRISSIUMAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	6.160.117	6.160.117	6.160.117	
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220006 - 2021	—	53000MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7	7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	7052 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - RS 427 CAMBARA DO SUL DIVISA SANTA CATARINA ACESSO PARQUE APARADOS DA SERRA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	7.336.139	7.336.139	7.336.139	
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220007 - 2021	MSG PRES	39000MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7X16 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - NOVO HAMBURGO - NA BR-116/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	21.280.403	21.280.403	21.280.403	17.575.368

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo); PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º, I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CAE - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

RELATÓRIO DE APOIO ÀS BANCADAS PARA VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPETIR EMENDA – PLOA 2022 (PL N 19/21)
EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL (RP 7) A REPETIR – PROGRAMAÇÕES QUE ESPECIFICAM OBRAS/EMPREENDIMENTOS (INVESTIMENTOS)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
1. Emendas aprovadas a partir da EC 100/19 - LOA 2020 e LOA 2021: CF, art. 166, § 20 e Res. nº 01-2006-CN, art. 47, § 2º, III.
2. Emendas de exercícios anteriores: Res. nº 01-2006-CN, art. 47, §2º.

BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL

Autor	Emenda (Número/ Ano)	Listada Mensagem Presidencial (1)	Órgão (Cod/Desc)	Indica dor RP	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)	Subtítulo (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada (2)
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220013 - 2021	—	54000/MINISTÉRIO DO TURISMO	7	10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	7021 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ROTA TURÍSTICA GRAMADO - SANTA MARIA DO HERVAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	12.320.233	10.080.233	10.080.233	
BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	71220016 - 2021	MSG PRES	39000/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	7	7X78 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO JOSÉ DOS AUSENTES - DIVISA RS/SC - NA BR-285/RS	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	11.200.212	11.200.212	8.861.331	

Fonte: SIGA Brasil/SF (dados de execução orçamentária fornecidos pelo Poder Executivo). PLOA 2022 (PLN 19/2021)
1) PLOA 2022 (PLN 19/2021) Mensagem Presidencial - Tabela 3 – Investimentos em Andamento Orlundos de Bancadas Estaduais (págs. 38-51);
2) Despesa Executada compreende valores pagos no ano do orçamento para o qual a emenda foi apresentada e em exercícios posteriores (Restos a Pagar inscritos e pagos).
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 166, § 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo [emendas de bancada estadual], quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
RESOLUÇÃO nº 01/2006-CN, art. 47, § 2º Os projetos constantes de lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de Bancada Estadual, uma vez iniciados, deverão ser, anualmente, objeto de emendas apresentadas pela mesma Bancada Estadual até a sua conclusão, salvo se: I - constem do projeto de lei orçamentária; ou II - a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou III - houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou IV - houver decisão em contrário da unanimidade da bancada.
§ 3º Na hipótese do descumprimento do disposto no § 2º: I - o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade de emendas de Bancada Estadual, em número equivalente àquelas que deixaram de ser apresentadas, a partir daquela com o menor valor proposto; II - o Relator-Geral substituirá a emenda de que trata o inciso I por emenda necessária à continuidade do projeto.



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2021, **APROVOU** o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, sobre as diretrizes e orientações para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 (PLN 19/2021-CN), apresentado pelo Coordenador Deputado **ARNALDO JARDIM**.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Izalci Lucas, Segundo Vice-Presidente, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Oriovisto Guimarães, Roberto Rocha e Simone Tebet; e os Senhores Deputados Carlos Zarattini, Primeiro Vice-Presidente, Luciano Ducci, Terceiro Vice-Presidente, Adolfo Viana, Adriana Ventura, Alceu Moreira, André Figueiredo, Arnaldo Jardim, Arthur Oliveira Maia, Célio Silveira, Charles Evangelista, Dagoberto Nogueira, Daniel Almeida, Danilo Forte, Domingos Sávio, Dra. Soraya Manato, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Gelson Azevedo, Gilberto Abramo, Hercílio Diniz, Hildo Rocha, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Guimarães, Júnior Ferrari, Júnior Mano, Márcio Marinho, Mário Negromonte Jr, Marx Beltrão, Ossesio Silva, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Sanderson, Toninho Wandscheer, Weliton Prado, Wilson Santiago e Zé Carlos.

Sala de Reuniões, em 27 de outubro de 2021.



Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente



Término de Prazo



Em **31-10-2021** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1045, de 2021**, cuja vigência encerrou-se em **01-09-2021**, , em razão da rejeição dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária pelo plenário do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



Veto



Publicação da Mensagem do presidente da República nº 550 de 2021, em 29 de outubro de 2021, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **parcial** aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2016 (nº 5.000/2016, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como SCD nº 3/2018), que "Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO)". (**Veto nº 62 de 2021**).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 27 de novembro de 2021**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 62, DE 2021

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado n° 8, de 2016 (n° 5.000/2016, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como SCD n° 3/2018), que "Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO)".

Mensagem n° 550 de 2021, na origem
DOU de 29/10/2021

Recebido o veto no Senado Federal: 29/10/2021
Sobrestando a pauta a partir de: 28/11/2021

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 04/11/2021



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- parágrafo único do art. 1º
- "caput" do art. 5º
- parágrafo único do art. 5º



MENSAGEM Nº 550

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 8, de 2016, no Senado Federal (Projeto de Lei nº 5.000, de 2016, na Câmara dos Deputados), que “Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO)”.

Ouvido, o Ministério da Saúde manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo do Projeto de Lei:

Parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei

“Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por violência contra a mulher ato ou conduta praticados por razões da condição de sexo feminino que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”

Razões do veto

"A proposição legislativa estabelece que, para os fins desta Lei, entende-se por violência contra a mulher ato ou conduta praticado por razões da condição de sexo feminino que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que alteraria o conceito de violência contra a mulher de maneira a não contemplar os danos moral ou patrimonial sofridos, em consonância com o disposto pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.”



Ouvidos, o Ministério da Saúde e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo do Projeto de Lei:

Art. 5º do Projeto de Lei

“Art. 5º A implantação da PNAINFO será acompanhada, em nível federal, por comitê formado por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único. O comitê estabelecido no **caput** deste artigo será coordenado por órgão do Poder Executivo federal, nos termos do regulamento.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que a implantação da Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres - PNAINFO seria acompanhada, em nível federal, por comitê formado por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e que seria coordenado por órgão do Poder Executivo federal, nos termos do regulamento.

Entretanto, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade ao estabelecer competência a órgão do Poder Executivo federal por meio de emenda parlamentar, o que violaria o princípio constitucional da separação dos poderes ao usurpar a competência privativa do Presidente da República prevista na alínea ‘e’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2016*

(nº 5.000/2016, na Câmara dos Deputados)

(devolvido ao Senado como SCD nº 3/2018)

Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO), com a finalidade de reunir, organizar, sistematizar e disponibilizar dados e informações atinentes a todos os tipos de violência contra as mulheres.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por violência contra a mulher ato ou conduta praticados por razões da condição de sexo feminino que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Art. 2º São diretrizes da PNAINFO:

I - a integração das bases de dados dos órgãos de atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

II - a produção e gestão transparente das informações sobre a situação de violência contra as mulheres no País;

III - o incentivo à participação social por meio da oferta de dados consistentes, atualizados e periódicos que possibilitem a avaliação crítica das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Art. 3º São objetivos da PNAINFO:

I - subsidiar a formulação, o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres;

II - produzir informações com disponibilidade, autenticidade, integridade e comparabilidade sobre todos os tipos de violência contra as mulheres;

III - manter as informações disponíveis em sistema eletrônico para acesso rápido e pleno, ressalvados os dados cuja restrição de publicidade esteja disciplinada pela legislação;

IV - integrar e subsidiar a implementação e avaliação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

V - atender ao disposto no inciso II do **caput** do art. 8º e no art. 38 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

* Os dispositivos vetados se encontram grifados



VI - padronizar, integrar e disponibilizar os indicadores das bases de dados dos organismos de políticas para as mulheres, dos órgãos da saúde, da assistência social, da segurança pública e do sistema de justiça, entre outros, envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência;

VII - padronizar, integrar e disponibilizar informações sobre políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres;

VIII - atender ao disposto nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, no que tange à produção de dados e estatísticas sobre a violência contra as mulheres.

Art. 4º Para o alcance dos objetivos da PNAINFO, o poder público instituirá, em meio eletrônico e na forma do regulamento, o Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.

§ 1º O Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres deverá conter informações e dados sobre os registros administrativos referentes ao tema, sobre os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

§ 2º O cadastro no registro mencionado no **caput** deste artigo conterà, no mínimo, os seguintes dados:

I - local, data, hora da violência, meio utilizado, descrição da agressão e tipo de violência;

II - perfil da mulher agredida, incluídas informações sobre idade, raça/etnia, deficiência, renda, profissão, escolaridade, procedência de área rural ou urbana e relação com o agressor;

III - características do agressor, incluídas informações sobre idade, raça/etnia, deficiência, renda, profissão, escolaridade, procedência de área rural ou urbana e relação com a mulher agredida;

IV - histórico de ocorrências envolvendo violência tanto da agredida quanto do agressor;

V - ocorrências registradas pelos órgãos policiais;

VI - inquéritos abertos e encaminhamentos;

VII - quantidade de medidas protetivas requeridas pelo Ministério Público e pela mulher agredida, bem como das concedidas pelo juiz;

VIII - quantidade de processos julgados, prazos de julgamento e sentenças proferidas;

IX - medidas de reeducação e de ressocialização do agressor;

X - atendimentos prestados à mulher pelos órgãos de saúde, de assistência social e de segurança pública, pelo sistema de justiça e por outros serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência; e

XI - quantitativo de mortes violentas de mulheres.

Art. 5º A implantação da PNAINFO será acompanhada, em nível federal, por comitê formado por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



Parágrafo único. O comitê estabelecido no **caput** deste artigo será coordenado por órgão do Poder Executivo federal, nos termos do regulamento.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aderir à PNAINFO mediante instrumento de cooperação federativa, conforme dispuser o regulamento.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução do disposto nesta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias de cada órgão que aderir à PNAINFO.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 73, DE 2021

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União e republicada no dia 1º de setembro de 2021, que “Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, institui o Programa de Autorizações Ferroviárias, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 28 de outubro de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 74, DE 2021

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.066, de 2 de setembro de 2021**, publicada no Diário Oficial da União no dia 3, do mesmo mês e ano, que “Prorroga o prazo para recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e de contribuições previdenciárias, a pessoas jurídicas distribuidoras de energia elétrica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 3 de novembro de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 75, DE 2021**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.067, de 2 de setembro de 2021**, publicada no Diário Oficial da União no dia 3, do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre o processo de atualização das coberturas no âmbito da saúde suplementar”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 3 de novembro de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Hugo Leal (PSD-RJ)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: VAGO

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Juscelino Filho (DEM-MA)

Relator da Receita: VAGO

Designação: 01/07/2021

Instalação: 07/07/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Rose de Freitas - MDB/ES (28)	1. Eduardo Gomes - MDB/TO (28)
Simone Tebet - MDB/MS (28)	2. Luiz do Carmo - MDB/GO (33)
Elmano Férrer - PP/PI (2)	3. Esperidião Amin - PP/SC (2)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF (3)	1. Roberto Rocha - PSDB/MA (4,38)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (13)	2. Soraya Thronicke - PSL/MS (29)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE (5)	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (5)
Weverton - PDT/MA (5)	2. Cid Gomes - PDT/CE (5)
PSD	
Angelo Coronel - BA (6)	1. Omar Aziz - AM (6,27)
Carlos Fávaro - MT (6)	2. Vanderlan Cardoso - GO (6,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN (7)	1. Fernando Collor - PROS/AL (7)



TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁸⁾	1. Zequinha Marinho - PSC/PA ^(8,32)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
AVANTE, PATRIOTA, PL, PODEMOS, PP, PROS, PSC, PSD, REPUBLICANOS, PTB, PSL, DEM, MDB, PSDB, SOLIDARIEDADE	
Charles Evangelista - PSL/MG ⁽⁹⁾	1. Dra. Soraya Manato - PSL/ES ⁽⁹⁾
Sanderson - PSL/RS ⁽⁹⁾	2. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽⁹⁾
Coronel Tadeu - PSL/SP ⁽⁹⁾	3. Caroline de Toni - PSL/SC ⁽⁹⁾
Bosco Costa - PL/SE ⁽¹⁰⁾	4. Gelson Azevedo - PL/RJ ⁽¹⁰⁾
Júnior Mano - PL/CE ⁽¹⁰⁾	5. João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽³⁰⁾
André Fufuca - PP/MA ⁽¹¹⁾	6. Átila Lins - PP/AM ⁽¹¹⁾
Mário Negromonte Jr. - PP/BA ⁽¹¹⁾	7. Pinheiro - PP/MG ⁽¹¹⁾
Hugo Leal - PSD/RJ ⁽¹²⁾	8. Júnior Ferrari - PSD/PA ⁽¹²⁾
Marx Beltrão - PSD/AL ⁽¹²⁾	9. Domingos Neto - PSD/CE ⁽¹²⁾
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽³¹⁾	10. Alceu Moreira - MDB/RS ⁽³¹⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽³¹⁾	11. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽³⁴⁾
Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽²⁶⁾	12. Célio Silveira - PSDB/GO ⁽²⁶⁾
Domingos Sávio - PSDB/MG ⁽²⁶⁾	13. Danilo Forte - PSDB/CE ⁽²⁶⁾
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽¹⁴⁾	14. Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ^(14,35)
Jhonatan de Jesus - REPUBLICANOS/RR ^(14,35)	15. Ossesio Silva - REPUBLICANOS/PE ⁽¹⁴⁾
Arthur Oliveira Maia - DEM/BA ⁽¹⁵⁾	16. Juscelino Filho - DEM/MA ⁽¹⁵⁾
Paulo Azi - DEM/BA ⁽¹⁵⁾	17. Pedro Lupion - DEM/PR ⁽¹⁵⁾
Genecias Noronha - SOLIDARIEDADE/CE ⁽¹⁶⁾	18. Augusto Coutinho - SOLIDARIEDADE/PE ⁽¹⁶⁾
Uldurico Junior - PROS/BA ⁽¹⁷⁾	19. Weliton Prado - PROS/MG ⁽¹⁷⁾
Eduardo Costa - PTB/PA ⁽¹⁸⁾	20. Wilson Santiago - PTB/PB ⁽¹⁸⁾
Osires Damaso - PSC/TO ⁽¹⁹⁾	21. Aluisio Mendes - PSC/MA ⁽¹⁹⁾
PT	
José Guimarães - CE ⁽²³⁾	1. Zeca Dirceu - PR ⁽²³⁾
Carlos Zarattini - SP ⁽²³⁾	2. Beto Faro - PA ⁽²³⁾
Zé Carlos - MA ⁽²³⁾	3. Célio Moura - TO ⁽²³⁾
PSB	
Luciano Ducci - PR ⁽²⁴⁾	1. Rodrigo Coelho - SC ⁽²⁴⁾
Gonzaga Patriota - PE ^(24,36)	2. Marcelo Nilo - BA ^(24,36)
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽²⁵⁾	1. Dagoberto Nogueira - MS ⁽²⁵⁾
André Figueiredo - CE ⁽²⁵⁾	2. Robério Monteiro - CE ^(25,37)
CIDADANIA, NOVO, PV	
Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP ⁽²⁰⁾	1. Adriana Ventura - NOVO/SP ⁽²⁰⁾



TITULARES	SUPLENTE
PSOL	
VAGO	1. Toninho Wandscheer - PROS/PR ⁽²¹⁾
PCdoB ⁽¹⁾	
Daniel Almeida - BA ⁽²²⁾	1. Orlando Silva - SP ⁽²²⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Elmano Férrer e Esperidião Amin. (Of. 29/2021 da Liderança do PP) ([DCN de 08/07/2021, p. 640](#))
3. Designado como titular o Senador Izalci Lucas. (Of. 47/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 635](#))
4. Designada como suplente a Senadora Mara Gabrilli. (Of. 48/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 642](#))
5. Designados como titulares os Senadores Alessandro Vieira e Weverton; designados como suplentes os Senadores Acir Gurgacz e Cid Gomes. (Of. 31/2021 do Bloco Senado Independente) ([DCN de 08/07/2021, p. 638](#))
6. Designados como titulares os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro; designados como suplentes os Senadores Nelsinho Trad e Lucas Barreto. (Of. 54/2021 da Liderança do PSD) ([DCN de 08/07/2021, p. 636](#))
7. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Senador Jean Paul Prates e Fernando Collor. (Of. 27/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 08/07/2021, p. 637](#))
8. Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Wellington Fagundes e Jayme Campos. (Of. 14/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 08/07/2021, p. 641](#))
9. Designados como titulares os Deputados Charles Evangelista, Sanderson e Coronel Tadeu; designados como suplentes a Deputada Dra. Soraya Manato, o Deputado Marcelo Freitas e a Deputada Caroline de Toni. (Of. 147/2021 da Liderança do PSL) ([DCN de 08/07/2021, p. 649](#))
10. Designados como titulares os Deputados Bosco Costa e Júnior Mano; designado como suplente o Deputado Gelson Azevedo. (Of. 94/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 08/07/2021, p. 659](#))
11. Designados como titulares os Deputados André Fufuca e Mário Negromonte Jr.; designados como suplentes os Deputados Átila Lins e Pinheirinho. (Of. 78/2021 da Liderança do PP) ([DCN de 08/07/2021, p. 650](#))
12. Designados como titulares os Deputados Hugo Leal e Marx Beltrão; designados como suplentes os Deputados Júnior Ferrari e Domingos Neto. (Of. 103/2021 da Liderança do PSD) ([DCN de 08/07/2021, p. 652](#))
13. Designado como titular o Senador Orlanovista Guimarães. (Of. 42/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 08/07/2021, p. 639](#))
14. Designados como titulares os Deputados Gilberto Abramo e Márcio Marinho; designados como suplentes a Deputada Aline Gurgel e o Deputado Ossésio Silva. (Of. 109 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 08/07/2021, p. 660](#))
15. Designados como titulares os Deputados Arthur Oliveira Maia e Paulo Azi; designados como suplentes os Deputados Juscelino Filho e Pedro Lupion. (Ofícios 72 e 74 da Liderança do DEM) ([DCN de 08/07/2021, p. 656](#))
16. Designado como titular o Deputado Genecias Noronha; designado como suplente o Deputado Augusto Coutinho. (Of. 48/2021 da Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 08/07/2021, p. 651](#))
17. Designado como titular o Deputado Uldurcio Junior; designado como suplente o Deputado Weliton Prado. (Of. 43/2021 da Liderança do PROS) ([DCN de 08/07/2021, p. 647](#))
18. Designado como titular o Deputado Eduardo Costa; designado como suplente o Deputado Wilson Santiago. (Of. 60/2021 da Liderança do PTB) ([DCN de 08/07/2021, p. 648](#))
19. Designado como titular o Deputado Osires Damaso; designado como suplente o Deputado Aluisio Mendes. (Of. 29/2021 da Liderança do PSC) ([DCN de 08/07/2021, p. 646](#))
20. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Arnaldo Jardim e a Deputada Adriana Ventura. (Of. 24/2021 da Liderança do CIDADANIA) ([DCN de 08/07/2021, p. 645](#))
21. Designado como suplente o Deputado Toninho Wandscheer. (Of. 58/2021 da Liderança do PSOL) ([DCN de 08/07/2021, p. 658](#))
22. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Daniel Almeida e o Deputado Orlando Silva. (Of. 46/2021 da Liderança do PCdoB) ([DCN de 08/07/2021, p. 653](#))
23. Designados como titulares os Deputados José Guimarães, Carlos Zarattini e Zé Carlos; designados como suplentes os Deputados Zeca Dirceu, Beto Faro e Célio Moura. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 08/07/2021, p. 654](#))
24. Designados como titulares os Deputados Luciano Ducci e Marcelo Nilo; designados como suplentes os Deputados Rodrigo Coelho e Gonzaga Patriota. (Of. 2/2021 da Liderança do PSB) ([DCN de 08/07/2021, p. 644](#))
25. Designados como titulares a Deputada Flávia Moraes e o Deputado André Figueiredo; designados como suplentes os Deputados Dagoberto Nogueira e Totonho Lopes. (Of. 2806/2021 da Liderança do PDT) ([DCN de 08/07/2021, p. 655](#))
26. Designados como titulares os Deputados Adolfo Viana e Domingos Sávio; designados como suplentes os Deputados Célio Silveira e Danilo Forte. (Of. SN/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 643](#))
27. 06/07/2021: Designados os Senadores Omar Aziz e Vanderlan Cardoso, como suplentes, em substituição aos Senadores Nelsinho Trad e Lucas Barreto, respectivamente. (Ofício nº 55/2021 da Liderança do PSD) ([DCN de 08/07/2021, p. 629](#))
28. 02/07/2021: Designados como titulares as Senadoras Rose de Freitas e Simone Tebet; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 60/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 627](#))
29. 06/07/2021: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke. (Of. 46/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 08/07/2021, p. 628](#))
30. 07/07/2021: Designado como suplente o Deputado João Carlos Bacelar. (Of. 97/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 08/07/2021, p. 631](#))
31. 07/07/2021: Designados como titulares os Deputados Hildo Rocha e Sergio Souza; designado como suplente o Deputado Alceu Moreira. (Of. 242/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 632](#))
32. 07/07/2021: Designado o Senador Zequinha Marinho, como suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos. (Ofício nº 15/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 08/07/2021, p. 633](#))
33. 07/07/2021: Designado como suplente o Senador Luiz do Carmo. (Of. 62/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 630](#))
34. 07/07/2021: Designado como suplente o Deputado Hercílio Coelho Diniz. (Of. 244/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 634](#))
35. 08/07/2021: Designado como titular o Deputado Jhonatan de Jesus, em substituição ao Deputado Márcio Marinho, que passa à condição de suplente. (Of. 111/2021 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 15/07/2021, p. 114](#))
36. 08/07/2021: Designado como titular o Deputado Gonzaga Patriota, em substituição ao Deputado Marcelo Nilo, que passa à condição de suplente. (Of. 4/2021 da Liderança do PSB) ([DCN de 15/07/2021, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



37. 12/08/2021: Designado como titular o Deputado Robério Monteiro, em substituição ao Deputado Totonho Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. 1208/2021 da Liderança do PDT) ([DCN de 19/08/2021, p. 7](#))
38. 17/08/2021: Designado como suplente o Senador Roberto Rocha, em substituição a Senadora Mara Gabrilli. (Of. 55/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 19/08/2021, p. 8](#))



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****COORDENADOR:** Deputado Danilo Forte (PSDB-CE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSD	Senador Carlos Fávaro (PSD / MT)
PP	Senador Elmano Férrer (PP / PI)
MDB	Senador Luiz do Carmo (MDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Danilo Forte (PSDB)
SOLIDARIEDADE	Deputado Abílio Santana (PL)
PL	Deputado Bosco Costa (PL)
PDT	Deputado Dagoberto Nogueira (PDT)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSL	Deputada Dra. Soraya Manato (PSL)
PTB	Deputado Wilson Santiago (PTB)

Comitê de Avaliação da Receita - CAR**COORDENADOR:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
REPUBLICANOS	Deputado Márcio Marinho (REPUBLICANOS)

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**COORDENADOR:** Deputado Paulo Azi (DEM-BA)**Comitê Permanente de Admissibilidade de Emendas - CAEM****COORDENADOR:** Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSL	Deputado Charles Evangelista (PSL)
PSL	Deputada Caroline de Toni (PSL)
REPUBLICANOS	Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS)



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

Instalação: 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Diego Andrade (PSD/MG)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado Marcelo Freixo (PSB/RJ)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ^(6,9)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) ^(4,8)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE) ^(2,7)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- Designado o Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) para a vaga destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30.4.2021, conforme Ofício nº 22/2021 da CRREDN-CD. ([DCN de 06/05/2021, p. 41](#))
- Designado o Deputado Orlando Silva (PCdoB) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2021, conforme Ofício nº 29/2021 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 12/08/2021, p. 428](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 17.8.2021, conforme Ofício nº 11/2021 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 19/08/2021, p. 9](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Benedita da Silva - RJ ^(3,9,12)	1. Reginaldo Lopes - MG ^(3,11,12)
PSB ⁽²⁾	
Liziane Bayer - RS ^(3,8,10)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: T itulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))
10. Designada, como titular, a Deputada Liziane Bayer(PSB), conforme Ofício nº 8/2021 da Liderança do PSB. ([DCN de 19/08/2021, p. 6](#))
11. Designada, como suplente, a Deputada Benedita da Silva (PT), conforme Ofício nº SN/2021 da Liderança do PT. ([DCN de 09/09/2021, p. 6](#))
12. Designada como titular a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 16/09/2021, p. 8](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (PSL-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - PSL/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽³⁹⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(5,38)	1. Weverton - PDT/MA ^(6,38)
Fabiano Contarato - REDE/ES ^(5,38)	2. Leila Barros - CIDADANIA/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ^(9,42)	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - PSL/SC ^(17,30,34)	1. Heitor Freire - PSL/CE ^(16,22,24,34)
Bibo Nunes - PSL/RS ^(16,21,34)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Paulo Vicente Caleffi - PSD/RS (40)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (41)	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Wilson Santiago - PTB/PB (29,33)	14. Maurício Dziedricki - PTB/RS (35)
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO (36)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (36)
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Fernanda Melchionna - PSOL/RS (32,37)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
35. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
36. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
37. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
38. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
39. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
40. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
41. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
42. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

RELATOR: Deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 14/09/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
VAGO ^(17,18)	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
Diego Tavares ^(2,24)	3. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,21)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,20,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽²⁵⁾	1. VAGO
PODEMOS	
Flávio Arns - PR ⁽²⁶⁾	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
VAGO ^(10,27)	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²²⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Silvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 28/11/2019, p. 151](#))
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/11/2019, p. 152](#))
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 153](#))
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL). ([DCN de 28/11/2019, p. 154](#))
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 156](#))
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB. ([DCN de 28/11/2019, p. 157](#))
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 28/11/2019, p. 158](#))
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 159](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 28/11/2019, p. 160](#))
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 161](#))



12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 28/11/2019, p. 163](#))
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 28/11/2019, p. 155](#))
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 28/11/2019, p. 162](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 05/03/2020, p. 444](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
23. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
24. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 13](#))
25. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 21/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 02/09/2021, p. 6](#))
26. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Flávio Arns, se retirando da vaga do Bloco PDT/CIDADANIA/REDE. (Of. 52/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 02/09/2021, p. 7](#))
27. 14/09/2021: Desligado como titular o Deputado Marcio Alvino. (Of. 116/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 16/09/2021, p. 7](#))

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
VAGO (2,20)	1. VAGO (2,20)
Eduardo Gomes - MDB/TO (2)	2. Luiz do Carmo - MDB/GO (2)
Marcio Bittar - PSL/AC (2)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (2)
Esperidião Amin - PP/SC (35,75)	4. Eliane Nogueira - PP/PI (36,75,77)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE (3,76)	1. Fabiano Contarato - REDE/ES (4)
VAGO (3,19)	2. VAGO (4)
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (3,28,47,76)	3. VAGO (4,28,38)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA (25)	1. Flávio Bolsonaro - PATRIOTA/RJ (37)
Soraya Thronicke - PSL/MS (30,48)	2. VAGO (30)
PSD	
Angelo Coronel - BA (5)	1. Otto Alencar - BA (5)
Nelsinho Trad - MS (5)	2. Irajá - TO (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
VAGO (6,22)	1. VAGO (6,22,72)
Jean Paul Prates - PT/RN (6,72)	2. Telmário Mota - PROS/RR (6,31)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,39,52)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁵²⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁵²⁾
PODEMOS	
VAGO ⁽²¹⁾	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PP/PR ^(49,63)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁴⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽⁴¹⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽⁴¹⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,29)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,29)
PSL	
Caroline de Toni - SC ^(11,50,56,66,67,69,70,71,73,74)	1. Carlos Jordy - RJ ^(11,40,64,66,67,71,73,74)
Filipe Barros - PR ^(11,53,56,66,67,71,74)	2. VAGO ^(11,55,56,62,66,67,71,74)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(42,60)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴⁵⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,45)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,32)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,27,32)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁴⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,46,61)	1. Shéridan - RR ^(58,61)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,33)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,57,65)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽²³⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(26,59)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(24,51,68)	1. José Medeiros - MT ^(43,51)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,44)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).

2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 91](#))



3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania. ([DCN de 22/08/2019, p. 92](#))
4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 22/08/2019, p. 93](#))
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 22/08/2019, p. 94](#))
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 22/08/2019, p. 95](#))
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 96](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 97](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 22/08/2019, p. 100](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 22/08/2019, p. 101](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD. ([DSF de 22/08/2019, p. 102](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 22/08/2019, p. 103](#))
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 104](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 105](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 106](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 22/08/2019, p. 107](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 22/08/2019, p. 108](#))
19. Desligado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em virtude de renúncia, conforme Ofício nº 191/2021 do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues (GSRROD). ([DCN de 22/04/2021, p. 209](#))
20. Desligados os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Renan Calheiros (MDB/AL), conforme Ofício nº 56/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 29/04/2021, p. 8](#))
21. Desligado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão (PODEMOS), conforme Ofício nº 38/2021 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/04/2021, p. 7](#))
22. Desligados os Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Rogério Carvalho (PT/SE), conforme Ofício nº 22/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 29/04/2021, p. 6](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
25. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
27. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
28. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
30. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
31. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
32. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
34. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
37. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))



38. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
39. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 12/08/2021, p. 425](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))
46. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan (PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
47. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
48. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juíza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
50. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of. 395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
51. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
52. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of. 071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
55. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
56. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
60. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
62. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
63. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
64. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
66. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
67. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/12/2019, p. 261](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
69. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
70. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))



71. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))

72. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))

73. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

74. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 01/04/2021, p. 187](#))

75. Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Progressistas), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Progressistas), que passa à condição de suplente, em 29.4.2021, conforme Ofício nº 21/2021 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 06/05/2021, p. 40](#))

76. Designados, como membros titulares, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama, em substituição aos Senadores Katia Abreu e Veneziano Vital do Rêgo, em 23.6.2021, conforme Memorando nº 30/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 24/06/2021, p. 7](#))

77. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliane Nogueira (PP), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP), em 09.08.2021, conforme Ofício nº 36/2021 da Liderança do PP. ([DCN de 12/08/2021, p. 8](#))

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

PRESIDENTE

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário (PL-RJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º SECRETÁRIO

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª SECRETÁRIA

Senador Weverton (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE Senador Romário (PL-RJ) 2º VICE-PRESIDENTE Senador Irajá (PSD-TO) 1º SECRETÁRIO Senador Elmano Férrer (PP-PI) 2º SECRETÁRIO Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 3º SECRETÁRIO Senador Weverton (PDT-MA) 4º SECRETÁRIO SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC) 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) 4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)	Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE Deputado(a) Marcelo Ramos (PL -AM) 1º VICE-PRESIDENTE Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 2º VICE-PRESIDENTE Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 1º SECRETÁRIO Deputado(a) Marília Arraes (PT -PE) 2º SECRETÁRIO Deputado(a) Rose Modesto (PSDB -MS) 3º SECRETÁRIO Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ) 4º SECRETÁRIO SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE) 2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP) 3º - Deputado(a) Alexandre Leite (DEM -SP) 4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PL/AM)	1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE)	2º Vice-Presidente Senador Romário (PL/RJ)
1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO)
2º Secretário Deputada Marília Arraes (PT/PE)	2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI)
3º Secretário Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)	3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (PSL/DF)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Comissão com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo Senador Eduardo Gomes - MDB / TO Vice-Líderes Senador Flávio Bolsonaro - PATRIOTA / RJ Senador Marcio Bittar - PSL / AC Senador Sérgio Petecão - PSD / AC Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP Deputado Claudio Cajado - PP / BA Deputado Pedro Lupion - DEM / PR Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP Deputado Eros Biondini - PROS / MG Senador Marcos Rogério - DEM / RO Deputada Aline Sleutjes - PSL / PR Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC Deputado Cezinha de Madureira - PSD / SP Deputado Hiran Gonçalves - PP / RR Senadora Soraya Thronicke - PSL / MS Deputado Aluisio Mendes - PSC / MA Deputado João Carlos Bacelar - PL / BA Senador Jorginho Mello - PL / SC	Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB Vice-Líderes Senadora Daniella Ribeiro - PP / PB Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO	Líder da Minoria Deputado Arlindo Chinaglia - PT / SP Vice-Líderes Senador Jean Paul Prates - PT / RN Deputado Afonso Florence - PT / BA Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT Deputado Odair Cunha - PT / MG
---	--	---



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

